

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Matheus Fonseca Meller

**SANTA MARIA NO SÉCULO DAS LUZES... ELÉTRICAS: A
CHEGADA DA ELETRICIDADE EM SANTA MARIA, RS (1895-1901)**

Santa Maria, RS
2023

Matheus Fonseca Meller

**SANTA MARIA NO SÉCULO DAS LUZES... ELÉTRICAS: A CHEGADA DA
ELETRICIDADE EM SANTA MARIA, RS (1895-1901)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História – Licenciatura**.

Orientador: Prof. Dr. André Átila Fertig

Santa Maria, RS
2023

Matheus Fonseca Meller

**SANTA MARIA NO SÉCULO DAS LUZES...ELÉTRICAS: A CHEGADA DA
ELETRICIDADE EM SANTA MARIA, RS (1895-1901)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História – Licenciatura**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2023:

**André Átila Fertig, Dr.
(Presidente/Orientador)**

Adriano Comissoli, Dr. (UFSM)

Vítor Otávio Fernandes Biasoli, Dr.

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não assinala apenas o término de uma etapa acadêmica, mas também o encerramento de um período de desafios e conquistas. Ao pensar sobre essa jornada, reconheço que ela não teria sido a mesma sem o apoio dos meus familiares, amigos e colegas.

Ao olhar para trás, percebo o quanto essa trajetória foi marcada pela presença e apoio inabaláveis de três pessoas: meus pais, Mauro André Kusbick Meller e Ana Rita Fonseca Meller, e minha avó, Nelsi Kusbick Meller. Juntos, vocês constituem a base sólida sobre a qual construí não apenas meu TCC, mas todo o meu percurso acadêmico. Suas palavras de estímulo e seu amor foram essenciais na minha jornada.

Ao pessoal da Casa de Memória Edmundo Cardoso - Bruna Rodrigues, Clara Mari Kurtz, Gabriel Dal Forno Leite, Gilda May Cardoso Santos, Jovana Oliveira e Therezinha de Jesus Pires Santos -, expressei meu sincero agradecimento. Não apenas por preservarem e disponibilizarem um acervo valioso, mas também pela amizade e pelas palavras de incentivo que foram indispensáveis para a realização deste trabalho.

Ao orientador Prof. Dr. André Átila Fertig, meus agradecimentos por sua orientação sábia, paciência e comprometimento que foram fundamentais para o sucesso desta empreitada. Desde o início, seu conhecimento e visão moldaram não apenas a forma deste trabalho, mas também a minha abordagem de estudo. Obrigado por dedicar tempo e energia para me conduzir pelos desafios da pesquisa e por compartilhar seu vasto conhecimento.

Agradeço ao Sr. Valter Antonio Noal Filho pela assistência ao longo deste trabalho. Suas valiosas contribuições foram fundamentais para a conclusão do mesmo.

Expressar minha gratidão é uma tarefa desafiadora, pois o medo de esquecer alguém é palpável. Portanto, opto por não citar nomes individualmente, mas quero que cada um dos meus amigos saiba que sua presença, encorajamento e compreensão foram fundamentais.

Vocês foram uma fonte de motivação. Nas horas de confusão, suas opiniões e conselhos serviram como uma bússola confiável. Cada risada compartilhada e cada palavra de encorajamento contribuíram para tornar esta jornada mais significativa.

Este trabalho não é apenas meu; é nosso. É o resultado de esforços coletivos, dos familiares que estiveram sempre ao meu lado, de uma orientação acadêmica sólida e motivadora, e das amizades que resistiram aos desafios acadêmicos e que, tenho certeza, permanecerão sólidas nas diversas jornadas que a vida nos reserva.

O que aí está é bem o ovo de Colombo:
Eu fiz o que qualquer outro poderia fazer.
Mas fui eu quem fiz.
(BELÉM, 1989, p. 3)

RESUMO

SANTA MARIA NO SÉCULO DAS LUZES... ELÉTRICAS: A CHEGADA DA ELETRICIDADE EM SANTA MARIA, RS (1895-1901)

AUTOR: Matheus Fonseca Meller
ORIENTADOR: Prof. Dr. André Átila Fertig

O presente estudo teve como propósito aprofundar a compreensão do processo de introdução da energia elétrica na cidade de Santa Maria, investigando suas aplicações e os impactos imediatos resultantes de sua implementação. Evidenciou-se que a inauguração dos serviços elétricos ocorreu em 15 de novembro de 1898 e que o processo foi uma importante ferramenta política utilizada pelos republicanos. O recorte temporal abrangeu o período de 1895 a 1901, englobando desde o início dos esforços para disponibilizar eletricidade em Santa Maria até a realização da primeira grande reforma da Companhia Elétrica, juntamente com a instalação de uma linha telefônica. A pesquisa foi conduzida com base em fontes primárias, especificamente os jornais "O Combatente" e "O Estado", obtidos a partir do Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. A análise dessas fontes permitiu acompanhar de perto o desenvolvimento do processo de eletrificação em Santa Maria, destacando-se em paralelo um movimento de modernização urbana desencadeado pela República no Brasil e pelo Partido Republicano Rio-Grandense no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Santa Maria. O Combatente. O Estado. Eletricidade. Companhia Santa Mariense de Luz Electrica. Modernidade. Modernização Urbana.

ABSTRACT

SANTA MARIA IN THE CENTURY OF LIGHTS... ELECTRIC LIGHTS: THE ARRIVAL OF ELECTRICITY IN SANTA MARIA, RS (1895-1901)

AUTHOR: MATHEUS FONSECA MELLER

ADVISOR: ANDRÉ ÁTILA FERTIG

The present study aimed to deepen the understanding of the process of introducing electrical energy in the city of Santa Maria, investigating its applications and the immediate impacts resulting from its implementation. It was highlighted that the inauguration of electrical services took place on November 15, 1898, and that the process was an important political tool used by the Republicans. The temporal scope covered the period from 1895 to 1901, encompassing the initiation of efforts to provide electricity in Santa Maria until the completion of the first major reform of the Electric Company, along with the installation of a telephone company. The research was conducted based on primary sources, specifically the newspapers "O Combatente" and "O Estado," obtained from the Collection of the Casa de Memória Edmundo Cardoso. The analysis of these sources allowed for a close monitoring of the electrification process in Santa Maria, concurrently highlighting a movement of urban modernization triggered by the Republic in Brazil and the Republican Party of Rio Grande do Sul.

Keywords: Santa Maria. O Combatente. O Estado. Eletricity. Companhia Santa Mariense de Luz Electrica. Modernity. Urban Modernization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	“QUEM VOS MANDOU VIR AO MUNDO NO SÉCULO DAS LUZES... ELÉTRICAS?”	11
3	“SANTA MARIA NÃO FAZ MAIS DO QUE INTEGRALIZAR-SE AO POSITIVISMO, VIVENDO ÀS CLARAS...”	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
	FONTES PRIMÁRIAS	42
	ANEXO A - CORRESPONDÊNCIA DE BERNARDO LICHTENFELS A VALE MACHADO	45
	ANEXO B - CONTRATO FIRMADO ENTRE A INTENDÊNCIA MUNICIPAL E A BERTSCHINGER & CIA, ABRIL DE 1897	47
	ANEXO C - ANÚNCIO OFERECENDO ENCOMENDAS A PARTICULARES, <i>O COMBATENTE</i>	49
	ANEXO D - MENSAGEM DO INTENDENTE VALE MACHADO PUBLICADA EM <i>O ESTADO</i>	50
	ANEXO E - CRÔNICA DE “M”, <i>O ESTADO</i>	51
	ANEXO F - RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE LUZ ELÉTRICA	52

1 INTRODUÇÃO

Em uma dia chuvoso, o inventor e pai fundador norte americano, Benjamin Franklin¹, pega sua pandorga de madeira puxada por um fio de seda fixado em uma chave, sai empinando a pipa e ZAP! atingido por um raio descobre a eletricidade e, de brinde, o para-raios. O mito da descoberta da energia elétrica por Franklin já foi desfeito, ainda assim ele serve como uma representação pitoresca de um experimento inserido em um período de desenvolvimento e entendimento da eletricidade, os séculos XVIII e XIX (MEYER, 1972).

Esses experimentos, produzidos no final do século XVIII e início do XIX, eram baseados em cargas elétricas acumuladas, de natureza transitória, dificultando o estudo da corrente elétrica. Foi do trabalho de pioneiros como Michael Faraday, Alessandro Volta e Joseph Henry que saíram inúmeras descobertas que serviriam como base para o desenvolvimento das áreas da elétrica e do eletromagnetismo, entre elas os princípios que permitiram a produção da bateria, do dínamo, capaz de transformar energia mecânica em elétrica, e do motor, capaz de percorrer o caminho inverso (Ibid., p. 34-77).

O desenvolvimento do dínamo elétrico e do motor ocorreram durante um período quando tiveram muitos melhoramentos em tipos mais antigos de dispositivos elétricos. O campo da pesquisa elétrica havia se ampliado muito, e nenhuma linha única de investigação era mais importante que as outras para ter mérito de toda atenção dos pesquisadores da eletricidade. (Ibid., p. 77, tradução nossa)

É por isso que nas décadas subsequentes do século XIX inúmeros inventos importantes irão aparecer e alterar a visão sobre a energia elétrica e sua possibilidade de utilização, destacam-se alguns: O telégrafo, o telefone, a corrente alternada, a lâmpada, entre outros.

Como resume Gunter Axt (1995, p. 8):

Do início, circunscrita ao campo das curiosidades científicas, a eletricidade foi, de modo progressivo, se tornando comercialmente útil: primeiro, nas comunicações, depois, na metalurgia e na indústria química leve e, finalmente, na iluminação, onde o emprego da eletricidade causou um ‘impacto econômico sem precedentes, viabilizando a formação de um novo setor industrial: a indústria elétrica’

¹ “Benjamin Franklin foi um dos mais famosos intelectuais do século XVIII. Sua imagem é associada com frequência ao pára-raio, bibliotecas públicas, corpo de bombeiros e outras instituições que, se não foram inteiramente criação sua, muito lhe devem. Nascido em Boston, em 1706, Franklin representa o elemento urbano que participou do processo de independência [norte americana]. [...] Franklin defendera desde muito cedo a unidade das colônias. [...] Honesto, trabalhador, Franklin reúne todas as condições para tomar-se um ‘pai da pátria’” (KARNAL, 2007, p. 91)

No Brasil, os primeiros experimentos com eletricidade foram patrocinados pelo Imperador Dom Pedro II, um entusiasta de novas tecnologias. Nos anos setenta do século XIX, Dom Pedro foi responsável pela inauguração de um serviço telegráfico ligando diferentes pontos do Brasil e, mais tarde, ligando o país à Europa por cabo submarino.

No fim da década de 1870, ocorreram as primeiras experiências com a lâmpada de Edison² em nosso país e na década de 1880, a iluminação pública por energia elétrica começou a se espalhar, de forma tímida, pelo território brasileiro e foi amplificado seguindo um novo modelo de urbanização trazido da França e que teve sua propagação potencializada durante a República, em conformidade com os ideais de Ordem e Progresso (AXT, op. cit., pg. 11).

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de chegada da energia elétrica na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, seus impactos imediatos e o contexto que permitiu sua realização. O recorte temporal escolhido foi do ano de 1895 a 1901, Justifica-se, pois, engloba o início das tentativas de trazer eletricidade para Santa Maria, a realização do projeto e conclusão das primeiras obras da Companhia Santa Mariense de Luz Electrica, assim como a conclusão da instalação do primeiro grande melhoramento resultante da eletricidade, o telefone.

Para explorar esse processo, utilizaremos como fontes primárias os jornais *O Combatente* e *O Estado*. Ambos os periódicos surgem em um período em que o jornalismo formava-se enquanto órgão dos partidos políticos e da vida partidária, nessa concepção o papel do jornalista é transmitir a ideologia do partido, ou da doutrina que representa (RÜDIGER, 2003).

O *Combatente* foi fundado em 1887 como representante de imprensa do Clube Caixeiral. Poucos anos depois o periódico passou a ser representante da causa republicana, defendendo os interesses do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). No final de 1892, quando passou para o controle de Cândido Brickmann, o jornal afastou-se da defesa ferrenha ao PRR, aproximando-se da dissidência (NICOLOSO, 2011).

O Estado, por sua vez, foi fundado em 1898, pelo coronel Ramiro de Oliveira, que na época chefiava o partido republicano em Santa Maria. Segundo João Belém (1989, p. 207):

² Apesar de ser conhecido como um grande inventor, uma das características mais fortes de Edison era sua capacidade de propaganda e de trazer atenção para o seu nome. A lâmpada e, mesmo, a lâmpada incandescente, já eram uma realidade em 1880, mas apenas alguns anos depois da introdução da versão melhorada de Thomas Edison, ela já havia viajado o mundo, tornando-se uma realidade para iluminação pública (MEYER, 1972)

“Durante oito anos, *O Estado* pregou com ardor a causa castilhista, fiel ao seu programa, mantendo sempre a atitude serena dos que combatem encastelados na própria fé.” Após a dissidência de Fernando Abbott, em 1906, o jornal tornou-se representante do Partido Democrata, deixando de circular 3 anos depois.

O uso de jornais na pesquisa em história é defendido a partir da perspectiva dos *Annales*, que, no início da década de 1930, estabeleceram uma crítica à ideia de documentos que capturavam a verdade histórica, onde existiriam documentos mais relevantes e outros menos importantes. Na segunda metade do século XX, inúmeras transformações na área de história abriram espaço para o uso mais amplo dos periódicos. A terceira geração dos *Annales* evidenciou e protagonizou uma ampliação do escopo de interesse dos historiadores, introduzindo novas temáticas e adotando uma perspectiva ampliada da concepção do documento. Os marxistas também estavam à frente dessa mudança. Alguns historiadores que seguiram esse referencial teórico abandonaram a ortodoxia da economia e destacaram a importância da cultura e da sociedade. A virada linguística também influenciou no processo que tornou os periódicos fontes importantes para a pesquisa histórica. A noção da verdade do documento foi posta em cheque. Para os adeptos do giro linguístico, os documentos não são apenas importantes pelo que dizem, mas também pela forma como contam as histórias, pelas escolhas do autor e pelos apagamentos que perpetuam (LUCA, 2008).

No Brasil a popularização do uso dos jornais se dá na década de 1970, quando desenvolvem-se metodologias de uso, mesmo que, sublinhando a necessidade de cautela ao usar periódicos, visto que eles estão inseridos em um contexto, portanto usá-los isoladamente apresenta riscos, desvinculando-os de um todo. Uma das aplicações que popularizou o uso dos jornais foi na construção da história das cidades, como ressalta Tânia Regina de Luca (2008, p. 120):

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.

Além dos jornais, recorreremos a mais duas perspectivas: dos memorialistas João Belém e Romeu Beltrão, ambos sem formação acadêmica em história, que escreveram suas obras nas décadas de 30 e 50, respectivamente. Paralelamente, consultaremos acadêmicos das Ciências Humanas, cujos trabalhos se destacam em suas áreas de atuação, servindo como referências.

João Belém nasceu em Porto Alegre no ano de 1874, lá concluiu sua educação e trabalhou como redator de um pequeno periódico. Como funcionário da companhia belga Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil foi transferido para Santa Maria no início de 1900, na cidade abandonou a Viação Férrea e passou a trabalhar na Intendência Municipal, sob o controle do PRR, trabalhou também em jornais e foi um respeitado professor de português. Sua grande colaboração para história santa-mariense foi o livro “História do Município de Santa Maria 1797-1933” escrito em 1933, dois anos antes de sua morte. (SILVA, 2008)

Romeu Beltrão foi um médico e memorialista santa-mariense, membro do Instituto Histórico Geográfico de Santa Maria. Formou-se médico na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1934, no fim da década de 30 voltou para sua terra natal, Santa Maria, onde exerceu a medicina e iniciou sua pesquisa da história local, que resultou em inúmeros artigos no jornal *A Razão* e no seu livro “Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho”. (WEBER, 2013)

O trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro, exploraremos o contexto que propiciou a introdução da eletricidade em Santa Maria: o século XIX, a expansão do capitalismo e da modernidade, a proclamação da República no Brasil e a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder, juntamente com as transformações que acompanharam esse período. No segundo capítulo, investigaremos a situação de Santa Maria no início do processo de instalação da eletricidade. Acompanharemos esse desenvolvimento por meio dos periódicos, colocando-os em diálogo com o contexto histórico em que estavam inseridos. A partir dessa análise, buscaremos compreender como se deu a instalação da energia elétrica, assim como os resultados imediatos proporcionados pela sua aplicação.

2 “QUEM VOS MANDOU VIR AO MUNDO NO SÉCULO DAS LUZES... ELÉTRICAS?”

O século XIX foi um tempo de profundas transformações econômicas, científicas, sociais e culturais. Na Europa o capitalismo se solidificava e, a partir de lá, se internacionalizava, chegando até às Américas. Com o capitalismo houve uma transformação de práticas e valores que denominamos como modernidade. O advento do trem reduziu, de forma metafórica, as distâncias entre as cidades e viabilizou o transporte eficiente de grandes volumes de carga por longas distâncias. O motor a vapor, concebido no século XVIII, passou a impulsionar máquinas em fábricas, navios e os mencionados trens, além de gerar eletricidade. A denominada Segunda Revolução Industrial não apenas ampliou as fontes de energia na produção industrial, mas também incorporou a experimentação científica, resultando no surgimento de novos setores industriais, como siderurgia, indústria química e eletrotécnica. Esse período testemunhou a criação de imensos complexos industriais que exerceram significativo impacto na concentração populacional nas áreas urbanas (MAGALHÃES, 2000). O que influenciou também no surgimento de movimentos sociais reivindicando melhores condições de vida.

A contrapartida cultural desta ampla gama de transformações materiais e sociais é que se entende como modernidade. Ela se traduz em comportamentos, sensações e expressões que manifestam o sentir e agir dos indivíduos que vivenciam aquele processo de mudança. Ser moderno é ‘ser do seu tempo’ é ‘sentir a mudança do mundo e mudar com ele’, é esforçar-se para ‘pegar o trem da história’. (PESAVENTO, 1992, p.8)

Os indivíduos do século começaram a sentir a modernidade, esse processo de “aceleração do tempo vivido” (GONÇALVEZ, 2019, p. 495).

No Brasil, a modernidade e a vontade de fazer parte do moderno, chegou junto ao processo de internalização do capitalismo, aqui conviveu com a realidade local: a presença de mão de obra escravizada, uma economia agroexportadora e uma monarquia hereditária (PESAVENTO, 1997). Após a proclamação da República, a grande referência para o Brasil foram os moldes de civilização europeus, para os republicanos era necessário descartar o passado colonial e as heranças do império, e importar os ideais de modernidade europeus, científicos, de higiene e de urbanização, o Brasil deveria se “civilizar” (NAPOLITANO, 2016).

Se para os republicanos brasileiros era necessário abandonar o passado colonial e transformar o Brasil em um país civilizado e moderno, sob a égide “Ordem e Progresso”, para o governo gaúcho era uma obrigação. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) chegou ao poder apoiado, principalmente, por uma elite agrária dissidente do Partido Liberal, pelos setores médios urbanos, por militares aliados ao positivismo e imigrantes alemães e italianos. A ideologia do PRR era um positivismo traduzido à realidade gaúcha, muitas vezes denominada de “Castilhismo”, seu objetivo era trazer o capitalismo ao sul, modernizando a economia, construindo uma infraestrutura moderna e incorporando novos grupos ao partido.³ O governo gaúcho, baseado nos ideais positivistas, foi autoritário e buscou o progresso econômico, mantendo a ordem social, muito próximo da república ditatorial de Comte⁴.

“Apoiado numa matriz de orientação política e administrativa de origem positivista, o governo estadual rio-grandense tinha bem presentes as noções do progresso como uma meta e da manutenção da ordem como o pressuposto da evolução desejada. [...] Para os positivistas gaúchos, a questão [da república] ia mais além: a república positivista correspondia ao último estágio comtiano de evolução, etapa na qual os princípios da ciência orientaram o mundo e o governo de uma elite de sábios garantiria a administração dos mais capazes sobre a ordem material e social. O progresso não era apenas desejável, mas era um dos elementos constitutivos da realidade. Era a força evolutiva que conduzia a humanidade por estágios sucessivos de aperfeiçoamento tecnológico e moral.” (PESAVENTO, 1997, 226)

A historiadora Celi Regina Pinto (1986) defende a tese de que o PRR seria defensor de um projeto político não oligárquico. A autora destaca que, ao contrário dos partidos republicanos que ascenderam ao poder em outros estados brasileiros, o PRR não representava a continuidade do poder oligárquico presente desde o Império. Em vez disso, era formado por grupos que tiveram que consolidar seu lugar na política estadual. Durante seu extenso período no governo, o PRR buscou construir um Estado eficiente, fundamentado em questões morais positivistas, proporcionando políticas focadas nos interesses estaduais e que dialogassem com diversos segmentos sociais. Uma das questões relacionadas a uma administração eficiente e

³“O Castilhismo consistiu, portanto, uma variante heterodoxa do positivismo inicialmente sistematizado por Comte e seguido fielmente, no Brasil, pelos denominados ‘positivistas ilustrados’. (RODRIGUEZ, 2008, p. 60)

⁴ “O positivismo [...] foi uma corrente filosófica criada pelo francês Auguste Comte (1798-1857). Ele considerava que existiam três estágios na evolução das sociedades: o teológico, o metafísico e o positivo. Segundo a interpretação que os intelectuais do Império fizeram das idéias de Comte, o mundo ocidental tinha ingressado em um período de transição entre as etapas metafísica e positiva, com a Revolução Francesa derrubando a monarquia. Para alcançar a fase positiva, tornava-se necessário o estabelecimento de uma república ditatorial, única forma de atingir a “ordem e progresso”. (NEVES; MACHADO, 1999, p. 436, 437)

moral era o equilíbrio financeiro do Estado. Para resolver esse problema, o partido dedicou-se à construção de uma moderna política tributária.

A política fiscal criada pelo PRR durante sua administração foi uma das práticas modernizadoras do Partido. Sua vanguarda foi tão abrangente que se tornou um dos exemplos utilizados no Brasil para a formulação das políticas fiscal e econômica a partir da era Vargas. Por meio desse projeto, o PRR conseguiu variar a receita do Estado, tornando a economia menos dependente de um pequeno grupo de produtos, afastando-se, assim, dos interesses da oligarquia rural. Diferente de outras políticas fiscais, as reformas implementadas no Rio Grande do Sul não serviram apenas para fortalecer uma elite no poder, mas alcançaram novas classes em crescimento na sociedade do final do século XIX, entre elas, os setores médios urbanos. Outro aspecto positivo dessa política fiscal foi o estímulo à industrialização, por meio de isenções e tarifas (TARGA, 2007).

O processo de industrialização no Rio Grande do Sul se iniciou antes da República. Segundo Sandra Pesavento, podemos observar que o capital industrial começa a se acumular no Sul através dos imigrantes alemães que vieram para cá no decorrer do século XIX. Após produzir o necessário para a sua subsistência, passaram a comercializar os excedentes ou a aplicar os conhecimentos trazidos dos países de origem para a produção artesanal de mercadorias vendidas em diferentes pontos do Estado. Esse processo permitiu uma acumulação de capital comercial que poderia ser transformado em capital industrial. Essa transformação ocorria de várias formas: na aplicação do capital na montagem de uma empresa, na transição do trabalho artesanal para a produção industrial, na alocação do capital em uma atividade paralela, entre outras maneiras de empregar a riqueza. Havia também os chamados "burgueses imigrantes", conforme denominados por Pesavento (1985), que já traziam consigo o capital e o conhecimento de suas terras para o estabelecimento de uma empresa.

Nesse contexto de industrialização, os bancos desempenhavam um papel crucial como alavanca para a criação de indústrias, ao mesmo tempo em que industriais encontravam nos bancos, seja na criação ou no investimento, um local para aplicar seu capital.

A nova realidade política da última metade do século XIX proporcionou um surto industrial no Brasil, que surgiu, em parte, de uma nova política fiscal em nível nacional, o Encilhamento.

O Encilhamento foi uma política financeira proposta pelo governo federal em 1891, visando proteger os interesses da elite terratenente, especialmente dos proprietários de lavouras destinadas à agroexportação. Essa política abandonou o uso restritivo do lastro ouro, flexibilizou a emissão monetária e facilitou o acesso ao crédito. A significativa expansão da moeda circulante durante o Encilhamento resultou na desvalorização do meio circulante brasileiro. Na tentativa de conter essa desvalorização, foi implementada uma política de aumento na taxa de mercadorias importadas, o que dificultou a importação de produtos e maquinários do exterior (PESAVENTO, 1985).

Mesmo sendo o foco do Encilhamento o setor agroexportador, a indústria brasileira experimentou um período de crescimento durante a nova política monetária. Prova disso é que, apesar dos impostos de importação dificultarem a aquisição de equipamentos do exterior, inúmeras empresas adquiriram maquinário mesmo em um período desfavorável (Ibid., p. 48).

Outro aspecto dessa política financeira foi a especulação monetária, impulsionada pela ampla emissão de crédito. Ainda assim, como destaca José Miguel Arias Neto, não é possível excluir o papel do Encilhamento na industrialização do país:

Contudo, os historiadores e economistas do período verificaram também que, descontados os abusos da especulação, a política emissão de inícios da República parece ter caracterizado um momento essencial no desenvolvimento industrial do país. Isso porque a reforma financeira criou condições, ao lado da grande exportação cafeeira, para um aumento no investimento em indústrias, inclusive através da importação de capital constante (máquinas e equipamentos) que se acrescentou à acumulação prévia, realizada no período imperial. (NETO, 2018, p. 199)

Associada a essa política fiscal nacional, os positivistas do PRR desempenharam um papel ativo na promoção da industrialização, implementando incentivos para o setor manufatureiro e adotando medidas de protecionismo. Conforme destacado por Alfredo Bosi (1992), o PRR não atribuía ao setor privado a responsabilidade pelo progresso econômico e industrial sul-rio-grandense. Ao contrário, reconhecia sua própria responsabilidade nesse processo, assumindo uma participação ativa na condução da industrialização. Na perspectiva deles, a industrialização era crucial para o desenvolvimento nacional, e eles viam a necessidade premente de que o sul se industrializasse. Essas políticas e perspectivas formam os germes das abordagens que Getúlio Vargas adotaria no período pós-1930.

Uma política fiscal nacional favorável à industrialização, somou-se à política fiscal gaúcha e uma disponibilidade de mão de obra livre, - em partes pela imigração e em partes

pela abolição da escravatura - para proporcionar um “boom” de industrialização no Estado. Durante esse processo, solidificou-se uma nova forma de aplicação do capital, ora comercial, ora industrial. O capital financeiro, quando investir em sociedades anônimas, era um modo de diversificar os investimentos e acumular patrimônio (BARROS, 2008, p. 37).

A industrialização tornou evidente um problema destacado desde a constituição do PRR, o problema dos transportes (PESAVENTO, 1985). Até a chegada do trem, a principal forma de transporte de cargas era através de burros, ou barcos, onde a navegação era possível, a introdução da ferrovia significou uma maior velocidade e capacidade no transporte (PADOIN, 2010). Ela chegou no Rio Grande do Sul na década de 1870, a fim de suprir necessidades estratégicas, de defesa das fronteiras e econômicas, ou seja, transporte de carga. Durante o resto do governo imperial a ferrovia iria se expandir de forma tímida, marcada pela inauguração de um primeiro trecho em 1874 e com a linha Porto Alegre-Uruguaiana iniciando suas obras em 1877. Mas com a República e o PRR, ela se torna um ponto importante do projeto de governo, como destaca Adelar Heinsfield (2008, p. 278, 279):

Com a proclamação da República, a Constituição Republicana do estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891, elaborada com base na doutrina positivista, sustentou as ideias de caráter de progresso positivo a partir de um planejamento estratégico dirigido pelo Estado, com normas que possibilitasse o domínio e construção do espaço gaúcho. Assim, desenvolve-se a concepção de um modelo viário e de colonização que, articulados, fizessem com que todas as vias convergissem para o porto de Rio Grande. Com a colonização baseada na pequena propriedade, com sua produção tendo transporte assegurado, o progresso estaria garantido. Com isso, pode-se afirmar que os positivistas gaúchos procuram levar os ensinamentos de Augusto Comte em direção às necessidades do Estado.

Outro aspecto que foi agraciado pelas políticas de modernização do Partido Republicano Rio-Grandense foram as cidades.

A partir da consolidação da nova ordem republicana, as principais cidades brasileiras passaram por um processo de modernização e urbanização relacionado ao novo projeto político das elites no poder. Esse processo de reorganização espacial e social estava baseado em novos paradigmas de higienização e embelezamentos relacionados à importação de referenciais culturais e técnicos-científicos europeus, sobretudo da França. (MONTEIRO, 2007, p. 232.)

Na França, surgiu na segunda metade do século XIX um novo modelo de urbanização, que transformou Paris na “cidade das luzes”. O desenvolvimento da cidade não havia acompanhado seu crescimento, as ruas eram estreitas, herança do passado medieval, a sujeira

era jogada nas ruas, o abastecimento de água insuficiente. Buscando sanar o problema e contando com a ajuda de Napoleão III, o prefeito Geroges Haussman, deu início a uma série de melhoramentos: Alargou as estreitas ruas, construiu novos sistema de abastecimento de água e implementou um sistema de esgoto (TOCHETTO, 2016, p. 30-32). Os esforços de Napoleão III e Haussman somaram aos investimentos da elite urbana parisiense, como destaca Sandra Pesavento (2007, p. 165):

Georges Haussman contou com o apoio político de Napoleão III e do capital financeiro da praça de Paris para o conjunto de reformas que empreendeu ao longo de sua longa gestão na prefeitura da cidade, tornando-a um modelo urbano exportável e, sobretudo, desejado.

Essa nova forma de urbanização amalgamou-se aos ideais positivistas de Auguste Comte, chegando, assim, ao Brasil, onde o positivismo desempenhou um papel significativo no processo de implantação da República (TOCHETTO, op. cit., p. 33). O lema republicano "Ordem e Progresso" alinhava-se com os objetivos de Haussman em seus esforços para reformar Paris, visando "manter a ordem pública" (Ibid., p. 30).

Como foi ressaltado, a consolidação da República fez com que a elite no poder demonstrasse interesse nesse modelo cultural e técnico-científico francês de modernização urbana. No entanto, outro processo que contribuiu para o desenvolvimento das cidades foi o crescimento da população e sua migração para os espaços urbanos, ocorrido principalmente nas duas últimas décadas do século XIX (MONTEIRO, 2007, p. 232). O desenvolvimento da ferrovia e a chegada de linhas de trem, oportunizaram um crescimento populacional em inúmeras cidades. Esse foi o caso de Santa Maria, cuja chegada do trem favoreceu o crescimento na receita do município e no número de seus moradores (PADOIN, 2010). A abolição da escravatura também incentivou o crescimento urbano, inúmeros libertos rumaram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e de uma nova vida, como destaca Felipe Brunhauser (2023, p. 50) “Mudar para a cidade poderia representar parte de um projeto de liberdade, do sonho em construir uma vida distante dos mandos de exsenhores/as, ou mesmo a tentativa de se afastar de tudo que lembrasse a vida em cativeiro.” A própria industrialização do Estado contribuiu para o crescimento urbano, as novas indústrias, empresas e manufaturas traziam consigo um número considerável de trabalhadores que necessitavam de locais para morar.

Essa expansão proporcionou desenvolvimento, mas também fez com que as elites locais colocassem em prática um processo de controle social. “A remodelação da cidade, os

novos hábitos e o refinamento dos costumes, vieram acompanhados de uma política de controle social, medidas saneadoras e moralizantes” (GRUNEWALDT, 2010, p. 342). A cidade desejada era higiênica, populada pela elite e progredia através da ordem. Por isso, tornava-se necessário afastar do centro da urbe populações consideradas indesejadas pela elite: pessoas pobres, negras, ex-escravizadas. Para alcançar esse objetivo, desenvolveram-se inúmeras ferramentas a fim de dificultar a inclusão dessa população na cidade, ou mais especificamente, no centro da convivência urbana. Foram estabelecidos Códigos de Conduta, orientações para construções, impostos, taxas, entre outras iniciativas, tudo com o propósito de impedir que a população oposta à elite branca tivesse acesso ao núcleo central da cidade, como ressalta a historiadora Sandra Pesavento (2007, p. 169, 170):

O governo republicano, de inspiração ideológica positivista, norteava-se pelo princípio da manutenção da ordem para obtenção do progresso. A tradução local desta divisa para a gestão urbana implicava, necessariamente, a modernização da cidade. As elites iriam conduzir esse processo, apostando na conservação de uma ordem social e almejando o progresso econômico na urbe, passo a passo, com o emprego de medidas de intervenção técnica, estética e de saneamento, complementadas por atitudes moralizadoras.

Nesse contexto, a iluminação pública era um problema a ser solucionado, ruas escuras facilitavam a ocorrência de crimes e dificultam a manutenção da ordem pública. “Uma cidade bem iluminada dizia respeito também à segurança: era preciso vigiar, controlar, policiar, garantir a ordem e a propriedade.” (Ibid, p. 190). A iluminação à gás era cara e necessitava de todo um aparato complexo para a produção e distribuição do gás (AXT, 1996, 150-154). A querosene, por sua vez, produzia uma chama fraca, insuficiente, e era suscetível às intempéries (BELÉM, 1989, p.150). Já a iluminação elétrica, era mais barata, limpa (apesar da produção termelétrica depender de carvão), segura, não emitia odores e produzia uma luz mais clara, soma-se a isso o seu alinhamento com uma política de modernização urbana (BARROS, 2008).

A eletricidade chegou no Brasil incentivada por Dom Pedro II, que, em 1876, havia participado do acionamento da energia elétrica na Exposição de comemoração ao centenário da Filadélfia, junto ao presidente dos EUA, Ulysses Grant (SANTOS; REIS, 2002, p. 17). Em 1873 instalou-se no Brasil uma rede telegráfica conectando o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém e, mais tarde, falando com a Europa. Entre pontos e traços a eletricidade chegava no Brasil (AXT, 1995, p. 11).

Em 1879, concomitante com a primeira demonstração da lâmpada de Edison, foi iluminada por luz elétrica a estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, utilizando

lâmpadas de arco, apenas 6 desse tipo foram suficientes para substituir 46 lampiões à gás (CACHAPUZ, 2006, p. 38). A partir daí, incandescentes raios de luz iriam iluminar outros pontos do Brasil. Em 1883 foi inaugurada a primeira rede de iluminação pública utilizando de energia elétrica em Campos, no Rio de Janeiro, e realizado o primeiro experimento de geração hidrelétrica, em Diamantina, Minas Gerais (SANTOS; REIS, 2002, p. 17).

No Rio Grande do Sul, a luz elétrica chegou em 1887, quando foi criada a Companhia Fiat Lux, com o objetivo de fornecer eletricidade para particulares, tornando Porto Alegre a primeira cidade a oferecer eletricidade para uso privado. Somente em 1893, a Fiat Lux passaria a fornecer eletricidade para edifícios públicos (AXT, 1995, p. 32). Nesse período, a eletricidade era utilizada principalmente como atração, iluminando praças, ruas, casas e também ornando inaugurações, festas e espetáculos (SANTOS; REIS, op. cit., p. 23).

Em 1893 as regras mudaram, os municípios passaram a ser responsáveis por prover ou conceder o privilégio dos serviços públicos, entre eles, a energia elétrica (AXT, op. cit., p. 31). Essa mudança estava alinhada com o regime político em efeito no Brasil desde 1889, a República:

Para a efetivação de tais metas [modernização urbana sob os preceitos positivistas], o governo de inspirações positivistas contava estimular a iniciativa privada, para que se realizassem conjugadas às medidas oficiais de responsabilidade dos poderes públicos. (PESAVENTO, 2007, p. 169, 170)

Foi o que a Intendência de Santa Maria, nas mãos dos Republicanos, fez, uniu-se com a iniciativa privada a fim de oportunizar a vinda da energia elétrica.

3 “SANTA MARIA NÃO FAZ MAIS DO QUE INTEGRALIZAR-SE AO POSITIVISMO, VIVENDO ÀS CLARAS...”

Santa Maria surge enquanto acampamento militar no século XVIII, motivado pelas disputas territoriais entre as Coroas espanhola e portuguesa, a partir daí ganha uma grande importância estratégica, devido a seu posicionamento na fronteira entre Portugal e Espanha (SILVA; FILHO, 2022, p. 333-334). O local onde formou-se o acampamento fazia parte das estâncias do Padre Ambrósio José de Freitas. Em decorrência desses fatos, o povoado era formado por grupos plurais: os militares do acampamento e suas famílias, escravizados e escravizadas que trabalhavam nas estâncias de Padre Ambrósio e famílias guaranis, provenientes de Missões Jesuítas (BRUNHAUSER, 2023, p. 33-36).

A localidade cresce mais ainda nas décadas de 1820 e 1830, com a chegada de imigrantes alemães que vinham como soldados trabalhando para a Coroa portuguesa, aqui

[...] muitos deles se estabeleceram como comerciantes urbanos em Santa Maria, constituindo suas redes de solidariedade, estabelecendo matrimônios e compadrios com proprietários rurais luso-brasileiros, e gradativamente, ocupando espaço privilegiado na elite comercial e urbana da vila. (Ibid., p. 37)

Em 1858 Santa Maria passa à categoria de Vila e, em 1876 à cidade (Ibid., p. 43), mas é a chegada da ferrovia que irá alavancar seu crescimento.

A inauguração da via férrea, trecho Cachoeira-Santa Maria, em 1885, foi o marco fundamental no desenvolvimento da cidade. A facilidade do transporte de pessoas e produtos para a capital e outras cidades do interior, trouxe um afluxo muito grande de pessoas a Santa Maria. Grande número de pessoas desembarcava na Estação Ferroviária, incentivando a criação de novos hotéis, restaurantes e casas de comércio, que se tornaram atrativos para os visitantes. (CORRÊA, 2002, p. 75)

Como exemplo desse crescimento, nos 15 anos que seguiram à chegada dos trens, a renda Municipal santa-mariense cresceu em 523% (PADOIN, 2010, p. 329).

Com o início da República, o governo do Estado nomeou para Santa Maria uma comissão composta por Francisco de Abreu Vale Machado, Dr. Pantelão José Pinto⁵ e Henrique Druck⁶ para assumir o governo municipal. Segundo João Belém,

⁵ Médico santa-mariense, foi presidente da Câmara Municipal entre 1877 e 1880, aderiu ao movimento republicano ao qual fez parte até sua morte, em 1906. (SCHILLING, 1943, p.33)

⁶ Imigrante do grão-ducado de Hessen-Darmstadt chegou a Santa Maria entre 1846 e 1858. Atuou como artesão e agricultor e possuiu um grande patrimônio imobiliário na cidade. Na cidade fez parte do Partido Republicano. (NICOLOSO, 2013)

A comissão empossada em 26 de dezembro de 1889, desde logo começou o importante trabalho de remodelação dos serviços públicos de acordo com o novo regime. [...]

Cogitando o bem público, indagando de todas as necessidades dos distritos rurais, compondo estradas e construindo bueiros com os fracos recursos do município, é de imaginar-se a penosa tarefa dessa primeira administração republicana, lutando ainda com a má vontade daqueles que haviam aceitado a nova forma de governo, não com sinceridade, mas pela força das circunstâncias. (BELÉM, 1989, p. 144)

A opinião de Belém está em sintonia com seus ideais, militante do PRR (SILVA, 2008), não é de se estranhar que visse as obras do republicanismo em Santa Maria com bons olhos.

Após a primeira junta, existiram outras duas juntas governativas, até que em 1892, com o retorno de Júlio de Castilhos ao poder, Vale Machado foi nomeado o primeiro Intendente Municipal⁷ de Santa Maria. Ele ocupou esse cargo durante 8 anos, tendo sido eleito em 1896 para outro mandato. Segundo Getúlio Schilling (1943), em seu nunca publicado “Homens Ilustres da Santa Maria”, Francisco de Abreu Vale Machado nasceu em Rio Pardo, no ano de 1838, participou, em 1882, na fundação de um Clube Republicano na vila de São Martinho, onde foi nomeado secretário do Clube por Júlio de Castilhos. Durante o período em que esteve à frente da Intendência foi responsável por inúmeras obras na cidade. Em destaque o novo prédio da Intendência, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores. Segundo João Belém (1989, p. 150), uma das obras mais importantes para Vale Machado era a iluminação pública por meio da energia elétrica.

Quer nos parecer que em localidade alguma do interior a iluminação pública é tão descuidada, tão pessimamente disposta e mal cuidada, como entre nós. [...]

Não é a primeira vez que o *Combatente* reclama, justificado, uma iluminação mais bem cuidada e em maior espera para a nossa cidade que, à noite, pudesse dizer sem medo de errar, vive quase em trevas.⁸

Com base na notícia publicada no jornal *O Combatente* é possível entender que a iluminação pública era um problema enfrentado por Santa Maria. Soma-se ao noticioso o relato que o memorialista João Belém faz em seu livro “História do Município de Santa Maria”, publicado originalmente em 1933:

⁷ Uma das ações desencadeadas pelo novo governo republicano foi a alteração do nome da Câmara Municipal para Intendência Municipal. Com essa alteração o representante maior do poder executivo passou a ser o Intendente (Belém, 1989, p. 143, 144)

⁸ PESSIMA Iluminação. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 6, n. 24, p. 1, 26 jun. 1892. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

[...] inestéticos lampiões a querosene é que estavam encarregados de iluminar as ruas da cidade... Mas velhos, cansados, batidos, de quando em quando, pela insolência irredutível do Vento Norte, os lampiões não cumpriam bem o dever. Em noite de chuva, então, era uma miséria. Nenhum combustor, por mais esforço que empregasse, conseguia se fazer respeitar pela intempérie. Uns caíam, outros mantinham-se firmes, mas cheios de trevas. Era um inferno! (BELÉM, 1989, p. 150)

Os postes eram escassos e o funcionamento dos lampiões não era garantido. Não é de se estranhar, portanto, o interesse do Intendente Municipal, coronel Francisco de Abreu Vale Machado em encontrar uma solução para iluminação pública. Sandra Pesavento (2007, p. 170) ressalta que, durante o governo do PRR, de inclinações positivistas, era de responsabilidade do poder público dar o estímulo para a iniciativa privada realizar os melhoramentos urbanos. E foi o que Vale Machado fez.

O processo iniciou em 1895, quando Candido Ribas, dono da Casa Comercial “A Revolucionária”, e Ramão Lopes da Rosa, comerciante, apoiados pelo Intendente Vale Machado, iniciaram um processo para angariar assinaturas para trazer o melhoramento.⁹ Em notícia de 13 de outubro dava-se destaque ao fato de que várias assinaturas e inscrições para instalações de focos em residências e estabelecimentos comerciais haviam sido coletadas.¹⁰ Aqui damos destaque a um ponto, o plano de aplicação da eletricidade era para iluminação urbana e das casas, não se cogitava utilizá-la para fins industriais. No final do ano, Vale Machado viajou até Porto Alegre, a fim de firmar acordo entre uma empresa para fazer a instalação.¹¹

O ano de 1896 começou com uma nota desanimadora. Segundo notícia de 15 de março, não haviam sido obtidos pedidos de lâmpadas suficientes para uma instalação da luz elétrica. A fim de sanar o problema, veio à Santa Maria o engenheiro Bernardo Lichtenfels.¹² Em 22 de março o jornal deu destaque ao projeto apresentado pela empresa F. Bertschinger & Cia. de Porto Alegre ressaltando as ruas que receberiam o melhoramento e o custo da instalação.¹³ Em 10 de maio a notícia era mais animadora, a eletricidade seria uma realidade e junto a ela uma rota de Bondes Elétricos. Na mesma edição o periódico destacava que a Companhia de Bonds não havia desistido do privilégio do serviço na cidade e só desistiria

⁹ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 9, n. 23, p. 2, 9 jun. 1895. CMEC

¹⁰ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 9, n. 41, p. 2, 13 out. 1895. CMEC

¹¹ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 9, n. 43, p. 2, 27 out. 1895. CMEC

¹² **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 12, p. 3, 15 mar. 1896. CMEC

¹³ ILLUMINAÇÃO Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 13, p. 2, 22 mar. 1896. CMEC

caso a Companhia de Luz Eléctrica lhes fizesse o ressarcimento das despesas.¹⁴ O projeto dos bondes elétricos nunca se concretizou.

Em maio de 1896, Vale Machado retorna à Porto Alegre para assinar contrato para instalação da iluminação pública, obrigando a companhia a dar início aos trabalhos em seis meses. O local para as oficinas seria numa área cujo nome era “Taimbé”, localizado atrás do Theatro 13 de Maio.¹⁵

Por meio de uma correspondência enviada à Intendência (Anexo A), Bernardo Lichtenfels pediu o privilégio de prestação de serviços elétricos e telefônicos por 25 anos para si ou seu sucessor. Como contrapartida, garantia fornecer a instalação de lâmpadas elétricas por 16.000 réis e uma mensalidade de 5000 réis. A Intendência teria a obrigação de assegurar a contratação de 500 lâmpadas particulares e 62 para iluminação pública.¹⁶

A trajetória do imigrante austríaco Bernardo Lichtenfels é interessante de se acompanhar. Após desempenhar um papel fundamental na implementação do sistema elétrico em Santa Maria, encontramos ele no Rio de Janeiro, onde foi encarregado da instalação elétrica na Repartição Geral dos Telégrafos para um jantar em homenagem ao aeronauta Santos Dumont em 1903 (ELOGIO..., 1903, p. 678). Em 1905, ele esteve em Sorocaba, onde adquiriu a empresa elétrica local, liderou a construção de uma hidrelétrica e tornou-se o primeiro sorocabano a possuir um automóvel (CARVALHO, 2008).

Em relatório da Intendência de 1896, Vale Machado (1896 apud BELÉM, 1989) demonstra seu entusiasmo com o projeto e sua frustração pelo mesmo não ter sido efetivado:

Pensava poder anunciar-vos este ano, estarmos servidos por outro sistema de iluminação pública, vendo substituída a ronceira iluminação a querosene pela luz elétrica, por cuja substituição me interessei, tendo procurado resolver este problema entendendo-me com a Companhia Fiat Lux, de P. Alegre. Não colhendo por esse lado o resultado almejado, entrei em negociações com o engenheiro eletricista Bernardo Lichtenfels, chegando a assinarmos um contrato com obrigações recíprocas, em que marcava o prazo de seis meses para serem encetados os trabalhos. Mas são passados seis meses... e o engenheiro não deu mais notícias suas.

Bernardo Lichtenfels, que havia deixado Vale Machado “à ver navios” no ano anterior, tentava, em 1897, inspirar os capitalistas locais para investirem na formação de uma companhia, segundo a notícia:

¹⁴ LUZ Electrica e Bonds. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 21, p. 1, 10 maio 1896. CMEC

¹⁵ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 24, p. 2, 31 maio 1896. CMEC

¹⁶ Correspondência de Bernardo Lichtenfels ao Intendente Francisco de Abreu Vale Machado. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 02, Tomo 12, p. 34, 35, 02 mai. 1896. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Pelos cálculos feitos e garantido um juro superior aos acionistas, os srs. capitalistas desta cidade em vez de depositarem seus capitais em bancos, vão ter ocasião de melhor colocá-los, não só pela aferição de maior lucro, como pelo melhoramento que ajudam a introduzir em nossa localidade.¹⁷

Como destaca o historiador Cleyton Souza Barros (2008, p. 37) “Naquela época, investir em ações representava uma inclinação para novas formas de investimentos identificadas com a expansão capitalista da economia com o objetivo de preservação do patrimônio.”

Tendo em vista o objetivo de constituir uma companhia de eletricidade, ocorreu no dia 3 de Abril, na Intendência Municipal, uma reunião. Todavia, *O Combatente* não deu notícias do resultado do encontro.¹⁸ Uma comissão composta pelos comerciantes locais Guilherme Fischer, José Baptista da Silva Ramos e José Carlos Kruel e por João Monteiro Vale Machado, colaborador de *O Combatente* e Paul Engelmann, representante da “Bertschinger & Cia.”, andaram pela cidade recolhendo mais de 70 contos de réis em apólices e em maio noticiaram-se a venda de mais de 800.¹⁹ No fim do mês, Guilherme Fischer vendeu mais 400 apólices na capital do Estado, lá os bancos propuseram-se a ficarem com o resto.²⁰

Um contrato foi firmado entre a Intendência Municipal e a firma “Bertschinger & Cia” em 23 de abril de 1897 (Anexo B), nas cláusulas, estavam como obrigações da fornecedora:

[...] fazer a iluminação elétrica, pública e particular, estabelecendo edificio próprio [...] e a fornecerem todo o material para o funcionamento da luz elétrica nas ruas da cidade, que lhe forem designadas, à sua custa. [...] A empresa [F. Bertschinger & Cia.] obriga-se a dar começo aos seus trabalhos, dentro do prazo de seis meses, a contar da data do presente contrato e a funcionar no prazo máximo de dezoito meses [...] Obriga-se mais, a manter o presente contrato digo concessão, pelo prazo de vinte anos, ficando a empresa com direito exclusivo durante o referido prazo, a usar da eletricidade como motor para qualquer empresa pública, dentro dos limites da cidade.²¹

Em outubro de 1897, a “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica” foi constituída na capital do Estado, tendo sede em Santa Maria. A diretoria era composta por: Presidente, Henrique Ribeiro da Silva; Vice Presidente, Guilherme Fischer; Secretário, José Carlos Kurel; Membros: José de Souza Vinhas, major Pedro Weinmann, João Rodrigues Vellinho, Julio

¹⁷ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 10, p. 2, 7 mar. 1897. CMEC

¹⁸ VARIAS. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 14, p. 2, 4 abr. 1897. CMEC

¹⁹ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 17, p. 2, 25 abr. 1897. CMEC

²⁰ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 21, p. 2, 23 maio 1897. CMEC

²¹ Contrato Nº1 entre a Intendência Municipal de Santa Maria e “Bertschinger & Cia”. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 03, Tomo 14, nº 1, abr 1897. AHMSM

Brenner, José Baptista da Silva Barros e Bernardo Lichtenfel. Outro destaque do mês de outubro foi a primeira experiência com iluminação elétrica na cidade, realizada nos dias 13 e 14, tendo sido usado um motor da fábrica de Henrique Ribeiro:

A casa de residência d'aquela amigo e suas circunvizinhanças esteve iluminada, independente do foco assentado na rua, em alto poste, até adiantadas horas da noite, tendo-se dançado em regozijo do grande cometimento. Enorme era a onda de povo estacionada em toda a quadra, admirando os efeitos da expendida luz que se estendia até bem longe.²²

Acreditamos que, em decorrência desse evento, a segunda edição do clássico do memorialista Romeu Beltrão (1979, p. 405), “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho”, coloca o seguinte acontecimento no ano de 1897: “A iluminação pública da cidade passa a ser feita à eletricidade.”. Esse destaque pode levar pesquisadores ao erro de acreditar que, desde 1897, a cidade de Santa Maria já contava com um serviço de luz elétrica, o que, como veremos a seguir, não era o caso.

No final de outubro, a Companhia Elétrica adquiriu, na rua Venâncio Aires, um terreno para construção do prédio para a empresa.²³ Em dezembro do mesmo ano foi posta a pedra fundamental do edifício. Nesse dia foi enterrada uma cápsula do tempo contendo uma ata assinada pelos participantes e outras lembranças do período, as autoridades presentes discursaram, entre elas, o Intendente, Coronel Vale Machado.²⁴

O engenheiro Bernardo Lichtfeld passou a residir em Santa Maria com sua família em janeiro de 1898, aqui ele representava a empresa de Porto Alegre “Bertschinger & Cia.” responsável por disponibilizar os equipamentos e fazer a instalação da energia elétrica na cidade.²⁵ Ainda em janeiro, a Companhia Elétrica começou as instalações do cabeamento em algumas casas.²⁶ Havia, no período, a possibilidade de encomendas para instalações particulares, como é possível observar no Anexo C.

Uma nota da Intendência (Anexo D), publicada no jornal *O Estado*, dá destaque a fatos importantes sobre o processo de instalação da eletricidade. Segundo o Intendente Vale Machado, o primeiro contrato assinado com a “Bertschinger” havia caducado em decorrência

²² COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 42, p. 2, 17 out. 1897. CMEC

²³ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 44, p. 2, 31 out. 1897. CMEC

²⁴ PEDRA Fundamental. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 49, p. 2, 5 dez. 1897. CMEC

²⁵ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 4, p. 2, 13 jan. 1898. CMEC

²⁶ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 7, p. 1, 23 jan. 1898. CMEC

do não cumprimento dos prazos estabelecidos, mas foi renovado, em partes, pela insistência da “Bertschinger”, que:

[...] por agente seu, procurou organizar companhia para o fornecimento de iluminação pública e particular à luz elétrica, levantando o capital necessário, cuja companhia está em via de organização com fundada presunção de realizar-se, sendo em pouco tempo sendo traduzido em fato real para nossa cidade este melhoramento.²⁷

A “Bertschiger & Cia” fez parte, portanto, da constituição da “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica” enquanto sócia fundadora.²⁸

Em março de 1898, chegou em Porto Alegre a caldeira que serviria para gerar vapor para a máquina em Santa Maria.²⁹ Em maio, o material mecânico partiu de Rio Grande em direção à Santa Maria. A partir desse momento começou a instalação dos postes e dos fios elétricos.³⁰ Em agosto, foi marcada a data de inauguração dos serviços de iluminação, seria em 07 de setembro, em conformidade com as comemorações da Independência.³¹ A inauguração não ocorreu em setembro e as máquinas só chegaram nos últimos dias do mês.

Como exposto anteriormente, o conceito de progresso do republicanismo positivista e o processo de urbanização ancorado nesse projeto acompanhavam um discurso moralizante e excludente. Essa ideologia é evidente na crônica do jornalista anônimo “M” de *O Estado* (Anexo E):

Aos perscrutadores raios da luz elétrica - adeus, gatunos, adeus d. Juan, adeus, violões chorosos, a deshonras... Os srs. Bertschinger & Cia. não querem, os focos não permitem, a civilização proíbe... Consolar-vos à ideia de vos tornardes civilizados e abandonai as capas espanholas e os chapéus lançados ao cocuruto, o peito aberto nos lundus repenicados à viola... Os srs. Bertschinger não gostam e por isso vos metem num banho de luz elétrica [...] Isso; a integridade de vossas canelas à salvo dos dentes de um cão traiçoeiro; e mil outras catástrofes evitáveis pela adoção do novo sistema iluminativo, vós devem consolar - oh! trovadores de esquina, exímios violonistas e flautistas da meia noite, da irreparável perda das serenatas e da ‘Ah! morena das prága do sú’... Aí vem os focos dos srs. Bertchinger.

²⁷ MACHADO, Francisco de Abreu Vale. Mensagem: Iluminação Pública. *O Estado*, Santa Maria, RS, ano 1, n. 7, p. 1, 22 jan. 1898. CMEC

²⁸ Dá destaque a esse fato uma notícia que cita “Bertschinger & Cia” como incorporadores da “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica” (*O ESTADO*, 1898). Segundo o dicionário Dicio, “Diz-se [incorporar] de uma pessoa que é sócia fundadora de uma sociedade anônima” (*INCORPORADOR*, 2023)

²⁹ *O COMBATENTE*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 23, p. 2, 20 mar. 1898. CMEC

³⁰ *LUZ Electrica. O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 38, p. 2, 12 maio 1898. CMEC

³¹ *LUZ Electrica. O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 63, p. 1, 7 ago. 1898. CMEC

Quem vos mandou vir ao mundo no século das luzes? Santa Maria não faz mais do que integralizar-se ao positivismo, vivendo às claras... Às claras e - viva a luz elétrica!³²

A chegada da eletricidade foi um momento de grande expectativa para os habitantes de Santa Maria, que aguardavam ansiosos pela melhoria. No entanto, esse acontecimento foi o estopim de uma polêmica envolvendo o engenheiro Bernardo Lichtenfels e o jornal *O Estado*. Em 27 de agosto de 1898, *O Estado* noticiou que o encarregado pela estação telegráfica, o senhor João Thomaz Ramos, havia sido injustamente acusado de violar correspondências no local. O responsável pela acusação foi Bernardo Lichtenfels, cujo motivo foi a publicação no *O Estado*, da notícia sobre a chegada das máquinas. A partir desse episódio, Lichtenfels ganhou a inimizade do redator do jornal, que não poupava esforços para lançar mais investidas contra ele.³³

Em novembro de 1898, finalmente, as máquinas da Companhia elétrica foram montadas e a inauguração ficou marcada para 15 de novembro, em comemoração aos 9 anos da proclamação da República. Ocorreria durante um baile no Clube Caixeiral, marcando ápice das festividades.³⁴ *O Estado* era pessimista quanto a inauguração, desde o incidente com Bernardo Lichtenfels o periódico postava suas críticas à qualidade das instalações, salientando:

[...] os postes estão tortos, os isoladores pequenos demais para suportarem os grossos cabos de cobre e estes... parecem antes cordas bambas... Sairá mesmo a luz, a decantada luz? Confesso, francamente, o meu temor de suceder alguma hecatombe no dia da inauguração dos focos. Por ex., bem pode acontecer, naquele dia, em vez de luz, tenhamos alguma bernarda...³⁵

Próximo do dia 15 de novembro de 1898, *O Estado* retomava o assunto:

E por falar em estados interessantes: a apoteóse dos festejos vai ser feita pela inauguração dos fôcos elétricos. A noite de 15 será tão clara como o glorioso dia... E imaginae burgueses, os deslumbramentos da nova luz! A proposito, perguntava-se ontem, em uma roda seleta:
-O sr. dúvida que o Bernardo dê a luz... no dia 15?
-O Bernardo... pode ser...
-Enfim, replicou um terceiro, se tal acontecer, é o caso do homem abiscoitar o prêmio da rainha Victoria...³⁶

³² M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 42, p. 1, 25 mai. 1898. CMEC

³³ CALUMNIA esmagada: organ neutro e anonymo. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 69, p. 1, 27 ago. 1898. CMEC

³⁴ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 90, p. 2, 10 nov. 1898. CMEC

³⁵ M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 71, p. 2, 3 set. 1898. CMEC

³⁶ M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 89, p. 2, 5 nov. 1898. CMEC

No fim, o Bernardo “deu a luz”, mas por um curto período de tempo.

A inauguração da energia elétrica em Santa Maria foi um evento curioso, destacado pelo *O Combatente*³⁷ e recontado, anos depois, pelos memorialistas João Belém (1989, p. 150, 151) e Romeu Beltrão (1958, p. 104). A população juntou-se nas esquinas, amontoadas nas proximidades dos postes aguardando a chegada da novidade. Os salões do Clube Caixeiral estavam todos ornados, em reverência à República e a iluminação elétrica. Tudo estava pronto esperando a grande novidade. Quando ligaram-se às máquinas, apareceu a luz, cintilante e resplandecente, como se o sol aparece durante à noite. No entanto, logo desapareceu, pois um problema nas máquinas não permitiu que mantivessem ligadas as luzes. Assim sendo, o baile programado, ocorreu à luz de velas.

Entre novembro de 1898 e março de 1899 o abastecimento de eletricidade, que estava sob responsabilidade da “F. Bertschinger & Cia”, ocorria com certa instabilidade, funcionando por certo períodos e não funcionando em outros. *O Estado* publicava em suas páginas à frustração decorrente dessa instabilidade, direcionando suas críticas à Intendência, que substituiu os lampiões pela eletricidade antes dela funcionar com perfeição³⁸, e a seção de eletricidade da “Bertschinger & Cia.”, que não entregou o que prometeu em seu contrato.³⁹

No dia 13 de março de 1899, em uma experiência, houve a tentativa de ligar 1000 lâmpadas consecutivamente. O experimento falhou e causou um problema nas máquinas que ficaram em manutenção até 25 de maio.⁴⁰ O abastecimento de luz elétrica funcionou estavelmente nos meses seguintes, havendo apenas eventuais interrupções. Em novembro a “Companhia Santa-Mariense de Luz Eléctrica” anunciava ter recebido todos os equipamentos encomendados e liquidado as relações que tinha com a “Bertschinger & Cia.”. O número de bicos de luz particulares ultrapassaram as 500 unidades, 300 a mais, das mais ou menos 200 que havia em março.

No final de 1899 os fios elétricos passavam pelas ruas do Commercio, Acampamento, Venâncio Aires, Silva Jardim, Floriano Peixoto, coronel Niederauer, Duque de Caxias,

³⁷ AS Festas de 15 de Novembro: Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 93, p. 1, 20 nov. 1898. CMEC

³⁸ M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 2, n. 7, p. 1, 25 jan. 1899. CMEC

³⁹ M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 2, n. 12, p. 1, 11 fev. 1899. CMEC

⁴⁰ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 13, n. 40, p. 2, 18 maio 1899. CMEC

Marquês do Herval, Ipiranga e nas praças Saldanha Marinho, da República e Tiradentes, assim como na Avenida do Progresso, representados na Figura 1.⁴¹

Figura 1 - Ruas alcançadas pelos fios de eletricidade.



Fonte: Acervo pessoal de Valter Antonio Noal Filho. Destaque do autor. O jornal apenas sinaliza que os fios passavam por essas ruas, mas as ruas não possuíam eletricidade em todo seu comprimento.

A presença da luz elétrica nessas ruas nos revela muito sobre o projeto de urbanização republicano. O território destacado inclui o centro urbano de Santa Maria em 1900 e partes do

⁴¹ COMPANHIA Santa-Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 13, n. 90, p. 1, 9 nov. 1899. CMEC

que viria a ser o centro nas décadas seguintes. A eletricidade, portanto, está presente apenas nos locais habitados, predominantemente, pela elite da cidade, segregando o acesso às melhorias. Conforme destaca Felipe Farret Brunhauser (2023), apesar de a administração municipal não ter agido diretamente para desagregar os territórios populares, ocorreram políticas de controle e restrição de acesso ao centro da urbe.

O contrato celebrado entre a Intendência e a empresa "Bertschinger" foi retificado em março de 1900. A retificação (Anexo F) incluía o nome da "Companhia Santa Mariense de Luz Elétrica" como a nova responsável pelo fornecimento de eletricidade. Essa alteração decorreu da finalização das relações contratuais entre ambas as partes em 1899. O principal propósito da retificação foi efetuar ajustes nos termos financeiros, especificamente no que diz respeito à revisão do preço dos serviços prestados.⁴²

Em junho de 1900 *O Combatente* relatou que a diretoria da Companhia havia se reunido a fim de tratar de necessários melhoramentos para as máquinas, destacando que o maquinário apresentava inúmeros pontos danificados, principalmente em decorrência da água muito salgada.⁴³ Os danos mencionados anteriormente fizeram com que a cidade ficasse sem eletricidade em boa parte do mês de julho, retornando apenas com a chegada das peças necessárias, vindas de Porto Alegre.⁴⁴ Nos últimos meses de 1900 a rua Venâncio Aires, onde ficava o prédio e o gerador da Companhia, recebeu iluminação pública por energia elétrica.⁴⁵

Evidenciamos, pelas notícias desse período, a boa relação entre a Companhia Elétrica e a Viação Férrea, que sob o comando do engenheiro belga, Gustave Vauthier, punha à disposição da Companhia elétrica mão de obra e equipamentos.⁴⁶ A *Compagnie Auxilaire de Chemins de Fér au Brésil*, de origem Belga, assumiu o controle da EF Porto Alegre/Uruguaiana, em 1898. No mesmo ano a companhia passou seus escritórios para Santa Maria, devido ao seu posicionamento estratégico, colocando a cidade no meio de inúmeros entroncamentos importantes (HEINSFELD, 2007).

Conforme sublinha Sandra Pesavento (1985, p. 36), a empresa Bromberg & C de Porto Alegre foi responsável por importar e divulgar as novidades tecnológicas fabricadas na Europa. Complementa Gunter Axt que a "Bromberg" participaria, a partir de 1905, do mercado de geração de eletricidade, com seu envolvimento na usina elétrica de São Gabriel

⁴² Contrato N°2: Retificação de contrato com a Companhia Santa Mariense de Luz Electrica. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 03, Tomo 14, n° 2, abr 1897. AHMSM

⁴³ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 49, p. 2, 17 jun. 1900. CMEC

⁴⁴ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 57, p. 1, 15 jul. 1900. CMEC

⁴⁵ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 74, p. 1, 16 set. 1900. CMEC

⁴⁶ LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 50, p. 2, 21 jun. 1900. CMEC

(AXT, 1995, p. 40). Essa foi a empresa escolhida, entre três propostas distintas, para prover novos maquinários e instalá-los na usina santa-mariense.⁴⁷

Em fevereiro de 1901 iniciaram as reformas do prédio da “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica”. O prédio passaria por modificações em seu interior para se adequar às novas máquinas, e, na parte externa, receberia uma chaminé mais alta, alcançando 35 metros de altura.⁴⁸ Os melhoramentos do prédio foram inaugurados no dia 19 de abril, com presença de autoridades e banda marcial, consta que, aproveitando a altura da nova chaminé, o fotógrafo amador Júlio Laydner subiu na torre e tirou fotos de Santa Maria.⁴⁹

Em 9 de agosto, chegou em Santa Maria a máquinas de 120 cavalos, importadas de Hanover⁵⁰, na Alemanha.⁵¹ Dia 01 de novembro de 1901, foram feitos os primeiros testes com a máquina, que foram bem sucedidos, os serviços de iluminação seriam interrompidos no dia 16 de novembro para a instalação dos dínamos.⁵² A inauguração oficial ficaria para o dia 28, quando comemorar-se-ia o 4º aniversário da instalação da Companhia e 3º de inauguração da luz elétrica.

Durante a manhã do dia 28 de novembro de 1901, o edifício da Companhia foi palco de intensa atividade, marcada pela inauguração de uma nova máquina e pelas celebrações dos 4 anos de existência da empresa e dos 3 anos de inauguração da energia elétrica. Às 6 horas da tarde, o coronel Henrique Pedro Scherer⁵³, então Intendente Municipal, abriu uma válvula e a máquina começou a prover luz para a cidade. O jornal listou as autoridades presentes, entre as quais destacava-se a presença do coronel Vale Machado, um dos responsáveis pela vinda da eletricidade para a cidade; Dr. Olavo Franco, Juiz da Comarca; coronel João Rodrigues Menna Barreto, comandante do 1º regimento provisório, e o Sr. Gustave Vauthier, um dos diretores da Viação Férrea, sublinhando, outra vez, a boa relação dele com a Companhia.

⁴⁷ COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 83, p. 1, 18 out. 1900. CMEC

⁴⁸ COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica: Reformas. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 877, p. 1, 7 fev. 1901. CMEC

⁴⁹ SOCIEDADES. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 898, p. 1, 21 abr. 1901. CMEC

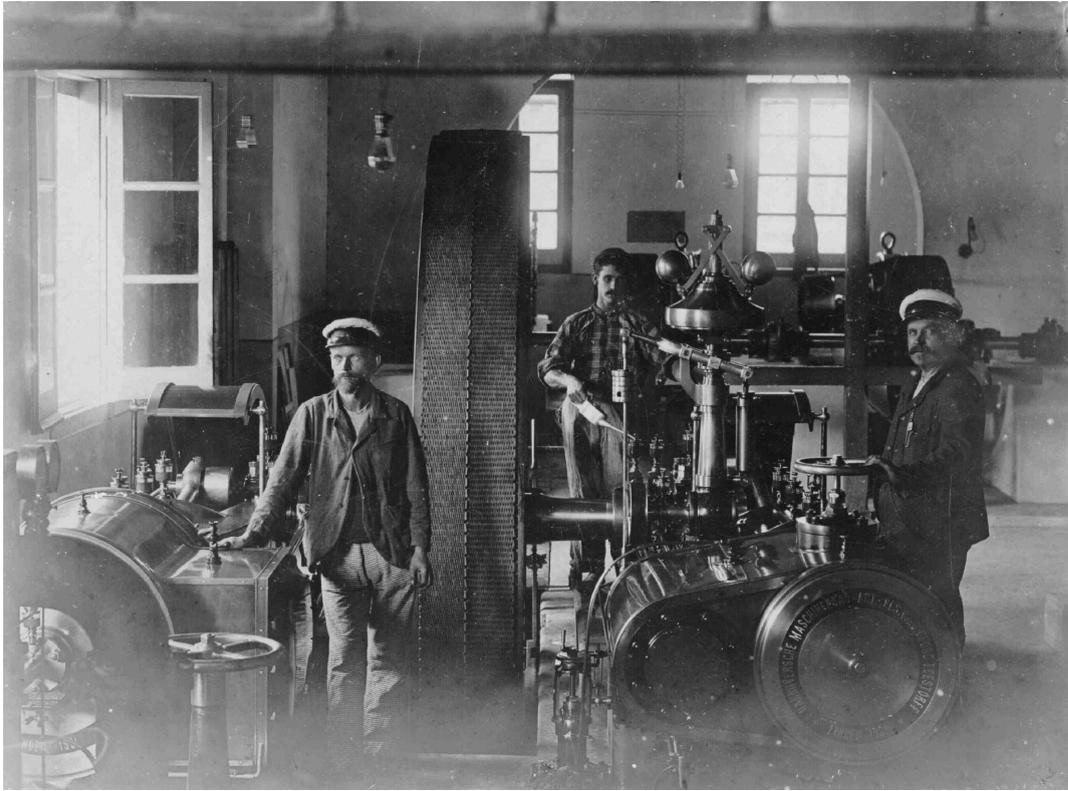
⁵⁰ Segundo a página Hanomag, no site Wikipédia, a Hannoversche Maschinenbau AG foi uma empresa fundada por um consórcio de bancos em 1871, no século XIX a fábrica se destacou por fabricar motores à vapor. (HANOMAG, 2023)

⁵¹ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 931, p. 2, 15 ago. 1901. CMEC

⁵² LUZ Electrica: Nova machina. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 954, p. 1, 3 nov. 1901. CMEC

⁵³ Eleito em 1900 para ser Intendente do Município, renunciou ao mandato em 1904, quando entrou em conflito com o PRR sob o comando de Borges de Medeiros. (BIAVASCHI, 2010, p. 63)

Figura 2 - Interior do prédio da “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica”

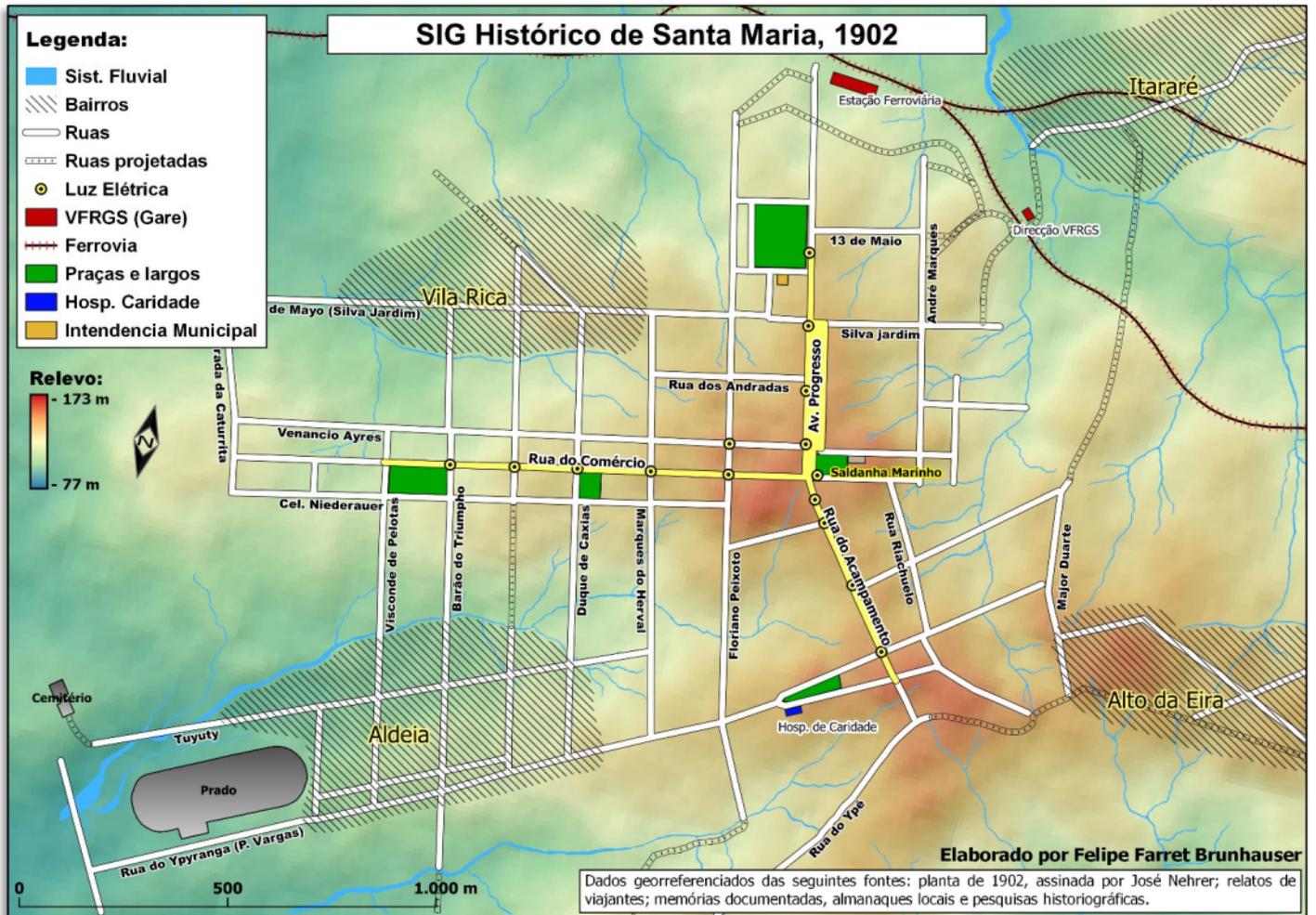


Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. É possível ler no motor da direita as palavras “Hannoversche Maschinenbau”, marca do motor importado em 1901.

Em 1902, inaugurados os melhoramentos da Companhia, as máquinas abasteciam as seguintes ruas santa-marienses: Ruas do Commercio (atual Rua Doutor Bozano), Acampamento, Venâncio Aires, Silva Jardim, Floriano Peixoto, coronel Niederauer, Duque de Caxias, Marquez do Herval, Ipiranga (Avenida Presidente Vargas) e nas praças Saldanha Marinho, da República (Praça João Menna Barreto, tradicionalmente conhecida como Praça dos Bombeiros) e Tiradentes, alcançava também a Avenida do Progresso (Avenida Rio Branco). Esses locais encontram-se representados na Figura 3 a seguir.

A chegada da eletricidade em Santa Maria modificou os hábitos e gerou novos. Andar na rua à noite não era fácil quando a iluminação pública era insuficiente. A iluminação elétrica permitiu que as pessoas saíssem à noite (GRUNEWALDT, 2010). Até 1919 a energia foi abastecida somente do anoitecer ao amanhecer, o que evidencia seu uso primário para a iluminação e não em máquinas industriais (AXT, 1995, p. 36).

Figura 3 - Mapa histórico de Santa Maria, 1902.



Fonte: (BRUNHAUSER, 2023, p. 64) Mapa produzido por Felipe Farret Brunhauser, utilizando do software “QUANTUMGIS” baseando-se na planta de José Nehrer. A planta que serviu de base para sua construção apresentava apenas essas ruas com presença de eletricidade.

Outra introdução de tecnologia em Santa Maria, facilitada pela presença da eletricidade, foi a do telefone. Segundo Romeu Beltrão (1958, p. 86), a primeira tentativa de trazer o telefone à cidade foi em 1890, quando o governo do Estado concedeu privilégios para o estabelecimento de linhas em Santa Maria, Bagé e Uruguaiana. Todavia o projeto não prosperou. Em 1898, Bernardo Lichtenfels afirmava que, assim que o serviço de iluminação funcionasse com normalidade, instalaria aparelhos telefônicos na cidade.⁵⁴ Em março do

⁵⁴ TELEPHONE. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 17, p. 2, 27 fev. 1898. CMEC

mesmo ano começou a colocação de fios nas casas, sem postes mas, ao que tudo indica, a iniciativa de Lichtefels não foi adiante.⁵⁵

O projeto de telefonia para a cidade manteve-se suspenso até setembro de 1900, quando esteve em Santa Maria Emilio Guardiola, de Itaqui. Sua proposta era instalar uma empresa telefônica, cobrando uma caução de 50.000 réis para a instalação e uma mensalidade de 10.000 réis⁵⁶. No mesmo mês a “Companhia Santa Mariense de Luz Electrica” abriu mão de seu privilégio em benefício de Guardiola, que viria em novembro para a cidade com os equipamentos necessários para a instalação dos telefones⁵⁷. Em dezembro, licenciadas pela Intendência, começaram as obras para a colocação dos postes e da fiação para o telefone.⁵⁸ A empresa iniciaria os trabalhos planejando a instalação de um terminal com capacidade para 50 telefones.⁵⁹

Concluídas as instalações dos aparelhos, em março de 1900, a “Telephone Commercial” fez a impressão de uma lista telefônica para distribuir entre os assinantes, em 42 cópias.⁶⁰ No final de 1901 a empresa encomendou mais uma mesa telefônica, expandindo em 50 a capacidade de assinantes e podendo suportar a quantidade de 100 telefones.⁶¹

Paralelo com o desenvolvimento da eletricidade, chegou também o cinema em Santa Maria. Como podemos observar nas páginas de *O Combatente* ou na cronologia de Romeu Beltrão (1958, p. 103), a primeira exibição de cinema de Santa Maria aconteceu em 17 de fevereiro de 1898, organizada pela Companhia de variedades do Teatro Lucinda, do Rio de Janeiro. A notícia destaca o fato de que “Neste maravilhoso aparelho, serão apresentados quadros [...] com o auxílio da luz elétrica, sem a menor oscilação”⁶².

As notícias podem confundir o pesquisador, que poderá pensar que esse acontecimento só foi possível pois a cidade já possuía eletricidade na ocasião. No entanto, como afirmamos, a inauguração da eletricidade em Santa Maria aconteceu em novembro de 1898. O que pode explicar a ocorrência da sessão de cinema é o fato de muitas Companhias Itinerantes tinham seus próprios geradores, pois se apresentavam em cidades que não possuíam eletricidade e, mesmo onde havia, não seriam afetadas por problemas das redes locais (TRUSZ, 2010).

⁵⁵ TELEPHONE. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 21, p. 1, 13 mar. 1898. CMEC

⁵⁶ TELEPHONES. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 14, n. 72, p. 1, 9 set. 1900. CMEC

⁵⁷ TELEPHONES. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 14, n. 94, p. 1, 25 nov. 1900. CMEC

⁵⁸ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 102, p. 2, 23 dez. 1900. CMEC

⁵⁹ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 104, p. 1, 30 dez. 1900. CMEC

⁶⁰ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 886, p. 1, 10 mar. 1901. CMEC

⁶¹ **O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 962, p. 1, 1 dez. 1901. CMEC

⁶² THEATRO: Cinematographo Lumière. *O Combatente*, Santa Maria, RS, ano 12, n. 14, p. 2, 17 fev. 1898. CMEC

No Rio Grande do Sul, a Companhia do Teatro Lucinda, passou por outras cidades que também não possuíam eletricidade (QUINTES, 2022, p, 82). Esteve, no ano de 1898, em Jaguarão e Pelotas. Essas cidades só receberam energia elétrica em 1901 (AXT, 1995).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto geral que permitiu e proporcionou a chegada da eletricidade em Santa Maria é o da expansão do capitalismo na Europa, sua internacionalização e sua internalização no Brasil no decorrer do século XIX. A Segunda Revolução Industrial introduziu novas tecnologias e novos usos para as antigas, o motor a vapor agora movia trens, navios, fábricas e gerava eletricidade, essa última passou a ser força aplicável industrialmente e na iluminação pública.

A contrapartida cultural da expansão capitalista, como destacado por Sandra Pesavento (1992), foi a modernidade, que é a força que fez os indivíduos daquele período perceberem estar em um tempo de profundas mudanças e quererem experimentar as mudanças. Na França, surgiu o modelo da cidade da modernidade. A urbe moderna deveria possuir ruas largas, sistema de abastecimento de água limpa, sistema de esgoto e ser bem iluminada. O modelo também segregava, reservando o centro urbano para as elites e empurrando os considerados “indesejados” para as regiões periféricas por meio de códigos de conduta, impostos e manuais que determinavam a arquitetura dos prédios.

No Brasil, com a proclamação da República, o ideal era se livrar do passado colonial e do Império, e adotar os padrões de civilização europeus. No Rio Grande do Sul, o partido Republicano Rio-Grandense (PRR) buscava fazer o mesmo e, sob a égide da ideologia positivista, procurava o progresso aliado à manutenção da ordem.

Nesse momento Santa Maria era uma cidade em crescimento, desde a chegada da ferrovia experimentava uma evolução sem precedentes. Ao redor disso desenvolveu-se toda uma infraestrutura a fim de receber o influxo de pessoas vindas de vários pontos do Brasil. A chegada dos republicanos no poder em nível nacional, estadual e municipal, significou que Santa Maria deveria desenvolver-se de acordo com os padrões republicanos e positivistas. A administração municipal uniu-se à elite local, a fim de propiciar a chegada da eletricidade, que não significa apenas uma melhora na iluminação pública, mas também experimentar a modernidade e seus benefícios.

A elite urbana responsável pelo projeto e pela concepção da Companhia Santa Mariense de Luz Electrica era, em grande parte, formada por comerciantes que, por meio dela, puderam diversificar suas aplicações, transformando o capital comercial em capital financeiro. Somam-se a ela os bancos de Porto Alegre, protagonistas da industrialização do Rio Grande do Sul e a firma porto-alegrense “Bertschinger & Cia.”.

Outro personagem de relevância nesse processo é o imigrante austríaco Bernardo Lichtenfels, que trouxe consigo o conhecimento de sua terra natal, contribuindo significativamente para a eletrificação em Santa Maria. De acordo com Santa Pesavento (1985), o imigrante que importa o saber adquirido em sua terra de origem desempenhou um papel crucial na promoção da industrialização do Estado.

A união desses fatores resultou, em 25 de novembro de 1898, na inauguração dos serviços elétricos em Santa Maria. Desse modo, a cidade se tornou a terceira no Rio Grande do Sul a dispor de eletricidade. Ao contrário de Porto Alegre, a Companhia, desde sua concepção, visava fornecer eletricidade tanto para uso particular quanto para a iluminação pública, e diferentemente do ocorrido em São Paulo, foi a necessidade de iluminação pública que impulsionou a instalação, não seu uso industrial. A distribuição geográfica da eletricidade na cidade evidencia um reflexo do projeto de urbanização republicana, as luzes elétricas estavam concentradas no centro urbano, próximas da elite local e distantes da população mais carente.

Essa transformação na iluminação pública foi aproveitada como ferramenta de propaganda e reforço do projeto de governo republicano. Destacamos a escolha estratégica da data para a inauguração dos serviços elétricos, sincronizando-a com as celebrações da Proclamação da República. A eletrificação urbana, considerada uma conquista republicana, é ressaltada por João Belém (1989), que a posiciona no patamar das grandes realizações instauradas após a Proclamação.

A presença da luz elétrica na cidade possibilitou a introdução de outra tecnologia que estava presente no vocabulário da modernidade, o telefone, que se espalhou pela cidade apenas 2 anos após o início do funcionamento das máquinas geradoras.

Outro aspecto importante que tentamos destacar e que esperamos ser um dos legados desse trabalho, é de que a inauguração da eletricidade só se deu a partir de novembro de 1898. Portanto, diferente do afirmado na segunda edição de Romeu Beltrão (1979), Santa Maria não possuía eletricidade enquanto serviço no ano de 1897. Outro aspecto que gostaria de destacar é que o cinema, apesar de estar tão ligado à sociedade da modernidade, não foi introduzido em Santa Maria por esta possuir eletricidade, tendo em vista que ela não possuía em fevereiro de 1898. A Companhia Lucinda esteve em outros locais sem eletricidade, uma vez que era prática comum para as companhias de variedades possuir geradores.

Apesar do trabalho demonstrar o processo da chegada da luz elétrica, ainda existem outros caminhos a serem explorados e que não estão presentes no escopo deste texto. Os

impactos no cotidiano da cidade é um desses caminhos, um futuro trabalho poderá explorar qual outros costumes a presença da eletricidade modificou e introduziu na urbe. A trajetória do engenheiro austriaco Bernardo Lichtenfels também parece propiciar uma pesquisa muito interessante, destacando o papel de imigrantes na eletrificação e industrialização do Brasil. Outro aspecto é o da origem do capital formador da Companhia Santa Mariense de Luz Electrica: seria apenas nacional? A primazia seria dos locais ou dos investidores porto-alegrenses? Ou ainda, haveria presença de investimento internacional? Essas são apenas algumas das questões que indicam caminhos para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AXT, Gunter. A Indústria de Energia Elétrica em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo de Documentação Histórica/UFPel, nº2, p. 149-174, 1996.
- AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul**: dos primórdios à formação da empresa pública: 1887-1959. 1995. 155 folhas Dissertação (Mestrado) - Apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, RS. Disponível em: https://terminal.memoriadaeletricidade.com.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=1752. Acesso em: 11 out. 2023.
- BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora**: Modernização por fios e trilhos (1889-1915). Orientador: Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo. 2008. 159 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2857/1/cleytonsouzabarros.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BELÉM, João. **Historia do Municipio de Santa Maria**: 1797-1933. Reedição. Santa Maria: UFSM, 1989. 277 p.
- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930**. Santa Maria: Livraria Editora Pallotti, 1958. 199 p. v. 1.
- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930**. 2ª edição. Santa Maria, RS, 1979. 582 p.
- BIAVASCHI, M. A. C. Coronelismo e Conflitos Políticos em Santa Maria (1889-1930). **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 61–77, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1348>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BOSI, Alfredo. A Arqueologia do Estado-Providência: Sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. cap. 9, p. 273-307.
- BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Moradia Urbana e Espacialização da Desigualdade**: O caso de Santa Maria na Primeira República. Orientador: Profa. Dra. Cláudia Mauch. 2023. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros (coord.). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. 812 p.
- CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. **Fisionomia da cidade**: Sorocaba - cotidiano e desenvolvimento urbano - 1890-1943. Orientador: Profª. Drª. Maria Inez Machado Borges Pinto. 2008. 329 p. Tese (S) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20102008-171949/publico/TESE_ROGERIO_LOPES_PINHEIRO_DE_CARVALHO.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.

CORRÊA, Roselaine Casanova. Urbanização e espaços de sociabilidade: Práticas de modernização em Santa Maria (Século XX). **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 15, ed. 1, p. 73-85, Janeiro/Dezembro 2002.

GONÇALVES, M. C. A MODERNIZAÇÃO URBANA PELOTENSE COMO “PROJETO POLÍTICO” DO PARTIDO REPUBLICANO (1912-1920). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 493–519, 2019. DOI: 10.36449/rth.v23i1.20596. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20596>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. *In*: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2010. p. 335-350.

HANOMAG. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://de.wikipedia.org/wiki/Hanomag> . Acesso em: 10 out. 2023.

HEINSFELD, Adelar. As Ferrovias: Na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 2, cap. 9, p. 273-304.

INCORPORADOR. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/incorporador/>>. Acesso em: 12/11/2023.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2020. 288 p.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAGALHÃES, Gildo. **Força e Luz: Eletricidade e Modernização na República Velha**. São Paulo: UNESP, FAPESP, 2000. 123 p.

MEYER, Herbert W. **A History of Electricity and Magnetism**. Cambridge, MA, EUA: Burndy Library, 1972. 325 p.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e Modernidade em Porto Alegre. *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t.2, cap. 6, p. 229-260.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016. 176 p.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 1: O Tempo do Liberalismo Oligárquico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. cap. 6, p. 183-214.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 502 p.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Clientelismo, Coronelismo e Relações de Poder na Primeira República (1889-1900)**: Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos. Orientador: André Átila Fertig. 2011. 95 p. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria - RS**: Os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891. Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha. 2013. 202 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PADOIN, Maria Medianeira. A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. *In*: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria**: Contribuições Recentes. Santa Maria: Pallotti, 2010. p. 321-334.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, Sociedade e Cultura: O cotidiano da cidade de Porto Alegre. *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t.2, cap. 5, p. 163-228.

_____. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 231 p.

_____. **História da Indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985. 126 p.

_____. **O Espetáculo da Rua**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1992. 95 p.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo**: Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930). São Paulo: LP&M, 1986. 111 p.

QUINTES, Tiago Bravo Pinheiro de Freitas. **Atrações visuais e os primórdios do cinema em Campos dos Goytacazes**. Orientador: Prof. Dr. Rafael de Luna Freire. 2022. 226 p. Dissertação (Mestre em Cinema e Audiovisual) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e outras ideologias. *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, cap. 2, p. 57-88.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (org.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 240 p.

SCHILLING, Getúlio. **Homens ilustres de Santa Maria**. 1943. Casa de Memória Edmundo Cardoso. Coleção Getúlio Schilling. Pasta 06. Não publicado.

SILVA, Edson Luiz Bortoluzzi da; FILHO, Hugo Gomes Blois. A evolução urbana de Santa Maria no contexto histórico de implantação da ferrovia (final do século XIX e início do XX). *In*: ANDRADE, Gustavo Figueira; PIASSINI, Carlos Eduardo; PADOIN, Maria Medianeira (org.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 332-351.

SILVA, Jaisson Oliveira da. O "Ovo de Colombo" de João Belém: Aspectos da trajetória e obra do primeiro a escrever a História de Santa Maria. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, ed. 2, p. 131-149, Julho/Dezembro 2008.

TARGA, Luiz Roberto Percoits. A Política Fiscal Modernizador do Partido Republicano Rio-Grandense (1889-1930). *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, cap. 8, p. 247-272.

TOCHETTO, Daniel. **Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 2016

TRUSZ, Alice Dubina. **Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: as origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre 1861-1908**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Instituto Iniciativa Cultural, 2010. 384 p.

FONTES PRIMÁRIAS

AS Festas de 15 de Novembro: Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 93, p. 1, 20 nov. 1898. Casa de Memória Edmundo Cardoso

CALUMNIA esmagada: orgam neutro e anonymo. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 69, p. 1, 27 ago. 1898. CMEC

COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 42, p. 2, 17 out. 1897. CMEC

COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 13, n. 90, p. 1, 9 nov. 1899. CMEC

COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 83, p. 1, 18 out. 1900. CMEC

COMPANHIA Santa Mariense de Luz Electrica: Reformas. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 877, p. 1, 7 fev. 1901. CMEC

Contrato N°1 entre a Intendência Municipal de Santa Maria e “Bertschinger & Cia”. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 03, Tomo 14, n° 1, abr 1897. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Contrato N°2: Retificação de contrato com a Companhia Santa Mariense de Luz Electrica. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 03, Tomo 14, n° 2, abr 1897. AHMSM

Correspondência de Bernardo Lichtenfels ao Intendente Francisco de Abreu Vale Machado. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 02, Tomo 12, p. 34, 35, 02 mai. 1896. AHMSM

ELOGIO. **Boletim Telegraphico**: Repartição Geral dos Telegraphos, Rio de Janeiro, ano 9, n. 18, p. 678, 30 set. 1903. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/231886/8219>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ILLUMINAÇÃO Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 13, p. 2, 22 mar. 1896. CMEC

LUZ Electrica e Bonds. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 21, p. 1, 10 maio 1896. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 10, n. 24, p. 2, 31 maio 1896. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 10, p. 2, 7 mar. 1897. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 17, p. 2, 25 abr. 1897. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 4, p. 2, 13 jan. 1898. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 38, p. 2, 12 maio 1898. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 63, p. 1, 7 ago. 1898. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 90, p. 2, 10 nov. 1898. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 49, p. 2, 17 jun. 1900. CMEC

LUZ Electrica. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 50, p. 2, 21 jun. 1900. CMEC

LUZ Electrica: Nova machina. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 954, p. 1, 3 nov. 1901. CMEC

M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 42, p. 1, 25 mai. 1898. CMEC

M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 71, p. 2, 3 set. 1898. CMEC

M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 89, p. 2, 5 nov. 1898. CMEC

M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 2, n. 7, p. 1, 25 jan. 1899. CMEC

M. Notas. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 2, n. 12, p. 1, 11 fev. 1899. CMEC

MACHADO, Francisco de Abreu Vale. Mensagem: Iluminação Pública. **O Estado**, Santa Maria, RS, ano 1, n. 7, p. 1, 22 jan. 1898. CMEC

O ESTADO, Santa Maria, RS, ano 1, n. 96, p. 2, 30 nov. 1898. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 9, n. 23, p. 2, 9 jun. 1895. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 9, n. 41, p. 2, 13 out. 1895. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 9, n. 43, p. 2, 27 out. 1895. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 10, n. 12, p. 3, 15 mar. 1896. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 11, n. 21, p. 2, 23 maio 1897. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 11, n. 44, p. 2, 31 out. 1897. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 12, n. 7, p. 1, 23 jan. 1898. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 12, n. 23, p. 2, 20 mar. 1898. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 13, n. 40, p. 2, 18 maio 1899. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 14, n. 57, p. 1, 15 jul. 1900. CMEC

O COMBATENTE, Santa Maria, RS, ano 14, n. 74, p. 1, 16 set. 1900. CMEC

- O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 931, p. 2, 15 ago. 1901. CMEC
- O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 102, p. 2, 23 dez. 1900. CMEC
- O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 104, p. 1, 30 dez. 1900. CMEC
- O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 886, p. 1, 10 mar. 1901. CMEC
- O COMBATENTE**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 962, p. 1, 1 dez. 1901. CMEC
- PEDRA Fundamental. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 49, p. 2, 5 dez. 1897. CMEC
- PESSIMA Iluminação. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 6, n. 24, p. 1, 26 jun. 1892. CMEC
- SOCIEDADES. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 15, n. 898, p. 1, 21 abr. 1901. CMEC
- TELEPHONE. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 17, p. 2, 27 fev. 1898. CMEC
- TELEPHONE. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 21, p. 1, 13 mar. 1898. CMEC
- TELEPHONES. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 72, p. 1, 9 set. 1900. CMEC
- TELEPHONES. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 14, n. 94, p. 1, 25 nov. 1900. CMEC
- THEATRO: Cinematographo Lumière. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 12, n. 14, p. 2, 17 fev. 1898. CMEC
- VARIAS. **O Combatente**, Santa Maria, RS, ano 11, n. 14, p. 2, 4 abr. 1897. CMEC

ANEXO A - CORRESPONDÊNCIA DE BERNARDO LICHTENFELS A VALE MACHADO

34

SECÇÃO DA ELECTRICIDADE

BERNARDO LICHTENFELS, *Eng.º*
ENGENHEIRO

So. Maria
Porto Alegre, 21 de Maio 1896
Rua Dr. Thimoteo.

M.º Sr. Intendente da Camara Municipal
desta cidade

O abaixo assignado Bernardo Lichtenfels, Eng.º
vem respeitosa e humilmente a vossa presença a fim de pedir
para si ou para os seus successores durante o tempo
de 25 annos o privilegio para o serviço electrico
desta cidade sendo installação da illuminaçãõ
electrica publica e particular, transmissãõ de forçã
linhas telephonicas etc: obriga-se esta companhia
de entregar mencionada illuminaçãõ electrica
para o serviço publica no prazo de dezete meses
a contar deste data

A Companhia obriga-se mais de fornecer cada
lampada incandescentes para o basis de R\$ 5%000
por 16 velas per mez, sendo a collacaçãõ feito pelo
custo de R\$ 16%000 por cada lampada, incandescent

Experto isto a companhia requer a V. S. a
garantie de 500 lampadas particulares e
62 lampadas incandescentes de 16 velas cada
uma para illuminaçãõ publica nos repar

continuaçãõ

SECÇÃO DA ELECTRICIDADE

continuação

lições e suas principais sendo commercio e
 acampamento pelo custo de 4:000 4000 por anno

E. R. Pede Referente

St. Maria Maio 1896
 Fern. Liebschulz & Co



ANEXO B - CONTRATO FIRMADO ENTRE A INTENDÊNCIA MUNICIPAL E A BERTSCHINGER & CIA, ABRIL DE 1897

Contracto celebrado pela Intendencia Municipal de Santa Maria, Com a firma Bertschinger & Cia. e sua successora, a Companhia Santa Mariense de Luz Flectrica, em 23 de Abril de 1897.

CONTRACTO Nº 1

Contracto celebrado entre o Intendente Municipal de Santa Maria e os Srs. Bertschinger & Cia, de Porto Alegre pelo seu representante sr. Paulo Engelmann sobre o privilegio para a organisação de uma Companhia, reactiva a illuminaçãõ publica e particular, com direito ao emprego da força motriz electrica.

A Intendencia Municipal de Santa maria da Bocca do Monte, representada pelo seu actual ^{nº 2}inteendente abaixo firmado, concede aos Srs. Bertschinger & Cia. de Porto Alegre, pelo seu representante sr. Paulo Engelmann ou a Companhia que organisarem, o privilegio da illuminaçãõ Publica e particular, na cidade de Santa Maria da Bocca do Monte com direito ao emprego da força motriz electrica, á qualquer empresa industrial dentro dos limites urbanos da cidade, sob as condições seguintes.

CLAUSULA 1.^a

Os Srs. Bertschinger & Cia. ou a Companhia que organisarem obrigão-se a fazer a illuminaçãõ electrica, publica e particular, estabelecendo edificio proprio e de accõrdo com a respectiva planta que apresentaram e a fornecerem todo o material para o funcionamento da luz electrica nas ruas da cidade, que lhe forem designadas, á sua custa.

CLAUSULA 2.^a

Supprimida em virtude da rectificaçãõ de 6 de Março de 1900.....

Clausula 3.^a

A illuminaçãõ publica das ruas rural Acampamento até a Estação da F. de Ferrote de Porto Alegre a Uruguayana e rua do Commercio até a casa do Sr. Theodoro Fhleres, será feita com aparelhos e postes designados na respectiva planta, approvada pela Intendencia, á custa da Empresa.

CLAUSULA 4.^a

A illuminaçãõ dos edificios publicos municipaes será como a illuminaçãõ das ruas, mantida por toda a noite, e a collocaçãõ no edificio municipal, será feita com abatimento de vinte por cento, não mencionando-se dois postes, que serão por conta da empresa, collocados na frente do edificio da Intendencia.

CLAUSULA 5.^a

A empresa obriga-se a dar começo aos seus trabalhos, dentro do prazo de seis mezes, a contar da data do presente contracto e a funcionar no prazo maximo de dezoito mezes, digo o prazo para o começo dos trabalhos ^{3 de Junho} e até corrente 6^a:

A Municipalidade de Santa Maria da Bocca do Monte, garante aos srs. Bertschinger & Cia. ou a empresa que organisarem a installação immediata de quinhentas lampadas particulares, e a pagar pela illuminação publica, das ruas do Commercio, Acampamento assim como o edificio da Intendencia, a quantia de quatrê contos de reis, annualmente.

CLAUSULA 7.^a

Obriga-se mais, a manter o presente contracto digo concessão, pelo prazo de vinte annos, ficando a empresa com direito exclusivo durante o referido prazo, a usar da electricidade como motor para qualquer empresa publica, dentro dos limites actuaes da cidade.

CONDIÇÕES GERAES;

Se, no decurso do prazo da concessão, a municipalidade, pretender a illuminação de mais ruas da cidade, a Companhia não poderá eximir-se de fazer essa illuminação, sob pretexto de que a força motriz de suas machinas, não dá para alimentar maior quantidade de luz, ficando por esse facto rescindido o contracto e livre a Municipalidade para contractar com outros.

Para a obrigação da Companhia em relação ao supprimento de luz para a illuminação publica e aos particulares, apresentará a Companhia estatutos á approvação da Intendencia, onde fique consignadas as reciprocas obrigações.

F, porque assim tivessem ajustado e concertado as condições do presente contracto, mandou-se lavrar dois de igual theor, que vai assignada por ambas as partes contratantes, para ser lavrado no presente livro. Fu Ignacio Monteiro de Valle Machado secretario e escrevi

Secretaria da Intendencia Municipal em Santa Maria 26 de

Abril de 1897.

Assignados: Francisco de Abreu Valle Machado.

P. P. F. Bertschinger & Cia.

Paulo Engelmann.

**ANEXO C - ANÚNCIO OFERECENDO ENCOMENDAS A PARTICULARES, O
COMBATENTE**

ANNUNCIOS.

AO PUBLICO

Communicamos que estabelecemos nesta praça, desde hoje um escriptorio e deposito tecnico, á Rua do Commercio nº. 15, provisoriamente, e participamos ao mesmo tempo que aceitamos encommendas para installações particulares até o dia 28 do corrente mez.

As installações, que não forem avisadas até aquella data, só poderão ser executadas depois de ter principiado a trabalhar a luz electrica.

Santa Maria 22 de Janeiro de 1898.

F. Bertschinger & Ca.

ANEXO D - MENSAGEM DO INTENDENTE VALE MACHADO PUBLICADA EM O ESTADO

Iluminação publica

Historiei-vos em meo ultimo relatorio o que occorria sobre illuminação, e, quando desanimava de melhorar-mos esse ramo de serviço municipal, eis que surge de novo a ideia da illuminação á luz electrica, com a insistencia do encorporador da companhia o sr. F. Bertschinger & C^a. renovando de novo o contracto que havia caducado por exceedencia do praso, a casa Bertechinger, por agente seo, procurou organizar companhia para o fornecimento de illuminação publica e particular á luz electrica, levantando o capital necessario, cuja companhia está em via de organização com fundada presumpção de realisar-se, sendo em pouco tempo tradusido em facto real para nossa cidade este melhoramento.

Encarando o resultado auspicioso que adviria aos habitantes da cidade, com as duas principaes de suas ruas illuminadas á luz electrica, e fornecida igualmente as habitações particulares de determinada zona com tão excelente e economica luz, a intendencia tem feito esforços por auxiliar á incipiente empresa, animando-a com aquelles favores que me parecerão compatíveis com os nossos recursos, não só concedendo á companhia um privilegio por 20 annos, como obrigando-se pela instalação immediata de 500 bicos de luz em casas particulares, cujo numero, estou certo será excedido logo que a empresa comece a funcionar.

Pela illuminação das duas principaes ruas—Acampamento e Commercio, em todo o seo percurso, e illuminação do edificio municipal, pagará a intendencia 4:000\$000 annuaes.

Sendo necessario utilisar-nos de parte dos combustores actuaes, para os distribuir-mos por outras ruas que, de ha muito reclamão esse melhoramento, teremos que elevar a despesa sobre a verba illuminação publica.

Não podendo, porem, ser prefixado o praso em que possamos contar com a illuminação electrica, dependendo seo funcionamento de causas varias, não podemos deixar de soccorrer-mo-nos da illuminação á kerosene.

Este artigo (kerozene) tem-se conservado por preço elevado, devido ao estado do cambio, de modo que tenho elevado o orçamento sob esta verba calculando poder obter o contrato de illuminação ao preço de 3:800 por combustor.

Si, dentro do exercicio de 98 podermos contar com a luz electrica, ficará redusido o numero de lampeões á kerosene e ao strictamente necessario para outras ruas e pedi-rei então ao conselho supplemento de credito para acudir á nova despesa com outra illuminação.

ANEXO E - CRÔNICA DE "M", O ESTADO

Notas

Santa Maria vai ser illuminada á luz electrica.

A idéa da illuminação, por aquelle systema, surgiu como um raio, deslumbrou e do deslumbramento á organização de uma Companhia foi um apice.

Os cento e cincoenta contos do capital social foram logo cobertos, pelo enthusiasmo electrico do povo, e ahí estão — os fios instalados nas casas, o edificio das machinas construido, prompto, á rua Venancio Ayres, e os apparatus já em Porto Alegre.

Ainda este anno teremos a ventura da luz...

Sim, que os pobres candieiros municipaes, á kerozene, não davam para a côva de um... olho e menos ainda condiziam com os fóros de *petite grande ville* (deixem o termo) que vamos tendo.

Breve scintillarão os poderosos fócos electricos e Santa Maria — o futuro grande centro de irradição das vias-ferreas do Estado — apparecerá ao longe feerica, triumphal, esplendida, com os deslumbamentos de uma grande apothéose de luz!

Não morreremos como Göethe, graças aos srs. F. Bertschinger & Cia.

Graças aos mesmos — não mais enganar noturnos, não mais encontros sinistros, não mais quédas em buracos perigosos, á sahida das novenas do Espirito Santo...

Não mais... outras cousas... não mais!

Aos prescurtadores raios da luz electrica — adeus, gatunos, adeus d. Juan, adeus, violões chorosos, a deshoras...

Os srs. Bertschinger & Cia. não querem, os fócos não permitem, a civilização prohibe...

Consolae-vos á idéa de vos tornardes civilizados e abandonae as capas hespanholas e os chapéos lançados ao cocoruto, o peito aberto aos *lundús* repinçados á viola...

Os srs. Bertschinger não gestam e por isso vos mettem n'um banho de luz electrica...

Depois, lembrae-vos: é sempre um consolo a gente poder vêr, á noite, onde tem o nariz e enxergar um palmo adiante do c'jo — o que a muitos não acontecia e não acontece, masmo á luz meridiana.

Isso; a integridade de vossas canellas á salvo dos dentes de n'cão traiçoeiro; e mil outras catastrophes evitaveis pela adopção do novo systema illuminativo, vos devem consolar — oh! trovadores de esquina, exímios violinistas e flautistas da meia noite, da irreparavel perda das *serenatas* e da « Ah! morena das praga do sul »...

Guardae os violões e deixae as morenas, srs *d'iletanti* do escuro...

Ahí vêm os fócos dos srs. Bertschinger.

Quem vos mandou vir ao mundo no século das luzes?

Santa-Maria não faz mais do que *integralisar-se* no positivismo, vivendo ás claras...

A's claras e — viva a luz electrica!

Mas (aqui á puridade), sejamos francos — Santa Maria illuminada á luz electrica e sem agua potavel, sabem o que me parece? — um typo bem vestido, de cartolla e... pés descalços.

Não acham?

M

ANEXO F - RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE LUZ ELÉTRICA

C O N T R A C T O N 2

Retificação do contracto com a Companhia Santa Mariense de Luz
Electrica, nas ~~clausulas~~ sobre o preço de cada bico de luz.

Aos seis dias do mez de Março de mil e no-
vencentos, na secretaria da Intendencia Municipal, presente os abaixo-
assignados, membros da directoria da Companhia Santa Mariense de Luz
Electrica, delegados em commissão pela assembléa geral da mesma Com-
panhia, junto a Intendencia Municipal e essa auctoridade como represen-
tante do Municipio, accórdaram o seguinte:

Que attentas as ponderações feitas pela referida commissão, foi ~~de-~~^{ria}
gado o ~~positivo~~^{dis} do art. 2.º na parte em que se refere ao preço de cinco
mil reis mensaes, por lampada com a intensidade de luz de desesseis
velas, ficando ^{facultado} a Companhia a elevar o preço a seis mil reis, por lam-
padas de desesseis velas, quatro mil e quinhentos, pelas de dez velas,
obrigada a Companhia a fornecer as lampadas que se queimarem, sem co-
brar como até aqui, o preço de ~~treis~~ mil reis por taes lampadas.

Que fica em tudo mais vigorando em todos os seus effeitos, o contracto
firmado com a empresa Constructora F. Bertschinger & Cia. até que em
assembléa geral a Companhia Santa Mariense de Luz Electrica seijam de-
legados poderes á Directoria para contractar com a Intendencia Municipi-
pal a reciprocidade ~~das~~ obrigações da Companhia para com a Intendencia
Municipal ^{conservante} ao serviço publico e particular, da illuminação electrica
conforme o disposto ~~no~~^{em} nas Condições Geraes do referido contracto.
E porque assim estivessem de accórdo lavrou-se este termo que vae as-
sigado por ambas as partes accórdantes e do qual se mandou ~~exhibir~~
uma cópia para ser entregue a referida commissão.

Fu, Ignacio Monteiro de Valle Machado, secretario o escrevi.

assignados: Francisco de Abreu Valle Machado

Henrique Ribeiro da Silva (Presidente)